

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Letícia dos Santos Amâncio

**Trabalhadores e escravidão em Angola entre 1854-1879:
uma análise do diário de viagem de Alexandre de Serpa Pinto**

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como requisito parcial para a minha obtenção de título de Licenciada em História.

Orientadora: Regiane Augusto de Mattos

Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Dezembro de 2015

Dedico este trabalho à meus pais, Ana Lúcia e Evanildo, minha irmã Julianna e à meus avós.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a meus pais, por terem investido em minha educação durante todos esses anos e por serem essenciais em minha vida.

À minha orientadora maravilhosa, Regiane Mattos, que me ajudou muito em todas as etapas da escrita, que foi presente e prestativa sempre quando precisei.

Ao meu querido professor e tutor pelo PET História por 3 anos, Maurício Parada, que com certeza foi essencial para a minha iniciação em um projeto de pesquisa e foi peça fundamental em minhas apresentações bem sucedidas dentro da PUC.

À meu grande amor e amigo, Robson de Faria, que esteve sempre ao meu lado nesse momento agitado e cansativo, me apoiando e não me fazendo desanimar em nenhum instante, acreditando em mim.

Às minhas queridíssimas amigas, Paula Rodrigues e Carolina Oliveira, que também me apoiaram e me deram forças nessa fase tão importante.

Aos meus colegas do PET, que me acompanharam e me ajudaram nas reuniões e que também me deram sugestões construtivas para minha pesquisa. Um grupo que foi fundamental em meu crescimento acadêmico.

Resumo:

O viajante português Alexandre de Serpa Pinto realizou sua expedição para África em 1877, partindo de Luanda e chegando a Moçambique em 1879. Nesta monografia analiso o seu diário de viagem para pensar a escravidão em Angola e especificamente os carregadores que trabalharam durante a expedição, mostrando o discurso colonialista usado pelo viajante, tendo em vista o seu olhar europeu, sobre o continente africano; as ações dos africanos frente aos interesses portugueses, bem como as relações estabelecidas entre esses dois agentes sociais. Além disso, apresento o contexto histórico do século XIX, com destaque para as leis implementadas pelo governo português, referentes à escravidão e ao recrutamento forçado de carregadores africanos, atentando para a corrida imperialista das nações europeias e suas consequências sobre a África, como a partilha e a conquista do continente.

Palavras-chave:

Angola - escravidão e pós-abolição – trabalhadores africanos – relatos de viagem -

Sumário

Introdução	p.6
Capítulo 1- A expedição de Serpa Pinto e a corrida imperialista europeia à África	p.10
1.1.A corrida imperialista europeia à África	p.10
1.2.A expedição de Serpa Pinto	p.22
1.3.Os relatos de viagem como fonte documental para a História da África.	p.25
Capítulo 2 – Trabalho e escravidão em Angola no século XIX	p.30
2.1. O conceito de escravidão na África	p.30
2.2. As transformações na escravidão em Angola no século XIX	p.39
Capítulo 3 – Os carregadores na expedição de Serpa Pinto	p.47
3.1. Resistências dos trabalhadores africanos: dificuldade de recrutamento e fugas	p.47
3.2. O trabalhador africano e o discurso civilizatório dos relatos de viagem	p.56
Considerações Finais	p.64
Referências Bibliográficas	p.66

Introdução

Nessa minha pesquisa, pretendo analisar o diário do viajante português Alexandre de Serpa Pinto, “Como atravessei a África do Atlântico ao Índico”, com o subtítulo “Viagem de Benguela à Contra-Costa, através de regiões desconhecidas”¹, no qual Serpa Pinto relata a sua expedição iniciada em 1877 e terminada em 1879, atravessando as bacias do Rio Congo e do Zambeze, Angola e partes das atuais Zâmbia, Zimbábue e África do Sul. Meu foco estará voltado para a sua experiência em relação à escravidão em Angola e, mais especificamente, aos carregadores livres que eram contratados pela expedição e acabavam trabalhando na condição de escravos, mesmo depois da sua proibição pelo governo português em 1854.

Igualmente, é meu objetivo compreender o contexto do século XIX, principalmente as leis referentes à escravidão que foram decretadas pelo governo português no período estudado (1854 – 1879) em Angola, e como elas transformaram o quadro social e econômico vigente, a começar pela lei de 1854 promulgada por Sá da Bandeira, ministro responsável pelas colônias do ultramar, que determinou a libertação de todos os escravos pertencentes ao Estado colonial, criando-se a categoria de liberto. Logo em seguida, também importante, foi a promulgação da lei de 1856 que aboliu o recrutamento do trabalho forçado em território angolano.

E assim pretendo analisar como este viajante português, Alexandre de Serpa Pinto, retratava a situação dos trabalhadores africanos a partir do seu olhar europeizado e de que maneira essa visão sobre a África influenciou a sua forma de relatar os acontecimentos vividos em Angola. Minha hipótese é a de que Serpa Pinto já poderia ter uma opinião formada sobre os africanos a partir das representações culturalmente construídas pelos europeus anteriores ao século XIX

¹ PINTO, Alexandre de Serpa. Como atravessei a África do Atlântico ao Índico Viagem. de Benguela à Contra-Costa, através de regiões desconhecidas. Londres: Feet Street, 1881. Acessado em: <http://www.luso-livros.net/Livro/diario-de-africa/>

e escreveu propositalmente certas informações, revelando suas intenções como explorador europeu no continente africano.

Igualmente trabalho com a hipótese de que os trabalhadores africanos tiveram um papel importante no contexto de elaboração das leis do fim da escravidão e do recrutamento forçado. Apesar de ser escrito por um europeu, o relato de viagem demonstra, de certa forma, como o próprio trabalhador africano influenciou a escrita do relato. Dessa maneira, há igualmente a preocupação em mostrar a participação dos trabalhadores africanos no contexto histórico estudado, marcado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sendo isso possível a partir da utilização teórica do trabalho de Mary Louise Pratt, “*Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*”², no qual apresenta uma metodologia sobre as literaturas de viagem.

A autora faz uma análise sobre diversos relatos de viagem a partir de um estudo de gênero e de crítica ideológica, criando uma nova visão das relações entre metrópole e áreas coloniais, entre o saber europeu e o saber nativo, entre viajantes e “visitados”, e como os relatos de viagem de europeus sobre regiões não europeias levaram o público leitor de diferentes momentos a se engajarem em projetos expansionistas e a pensar o “resto do mundo” como diferente de suas concepções europeias. Mary Pratt trabalha com conceitos importantes como “zonas de contato” e “transculturação”, mostrando como os dois estão interligados e são importantes para entender a forma como eram escritos os relatos de viajantes e como estes são fontes de informação e representação a respeito dos povos, lugares e épocas em que viveram e presenciaram.

A presente monografia apresenta um tema que, apesar de ser estudado pela historiografia internacional sobre Angola, ainda é pouco explorado pelos historiadores brasileiros. Dessa maneira, a pesquisa pretende contribuir para o crescimento e consolidação do campo de estudo de História da África no Brasil. Somasse a isso, o ineditismo do trabalho ao utilizar como fonte histórica o relato de viagem de Alexandre de Serpa Pinto para analisar a escravidão e a questão dos trabalhadores em Angola entre o período de 1854 a 1879.

² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

Existem ainda poucos trabalhos historiográficos que versam especificamente sobre o tema dos trabalhadores/carregadores e da escravidão e do pós-abolição em Angola. Dentre estes trabalhos está a dissertação de mestrado da historiadora Elaine Ribeiro, “*Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Luanda (1884-1888)*”³. Nessa sua pesquisa, a autora mostra como esses carregadores trabalhavam no transporte de produtos comercializados de um ponto a outro do território angolano através das caravanas, as consequências advindas do recrutamento forçado e violento, bem como a resistência desses trabalhadores diante tanto da administração portuguesa, quanto das ações por parte das chefias africanas.

Ribeiro defende que o processo de abolição do tráfico negreiro influenciou o crescimento do recrutamento forçado de trabalhadores centro-africanos. Destaca também que as medidas posteriores que exigiram o fim do recrutamento forçado e as diversas leis de caráter abolicionista não foram totalmente eficazes, ou seja, trabalho forçado persistiu como uma das intenções do colonialismo português. A autora menciona a recusa dos grupos de trabalhadores a continuar a sua jornada caso não fossem melhor remunerados ou conseguissem melhores condições de trabalho, mostrando uma voz ativa por parte desses carregadores perante as chefias africanas e os europeus que dependiam do seu trabalho.

O artigo do historiador Roquinaldo Ferreira, “*Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)*”⁴, mostra as características da escravidão no interior da África e as relações sociais dos escravos. Trata também da abolição do serviço forçado dos carregadores, em 1856, e como a partir desse momento se estabeleceu a relação entre os chefes africanos e os negociantes de Luanda que dependiam desses carregadores para manter o comércio e também a circulação dos produtos entre Luanda e os sertões de Angola.

³SANTOS, Elaine R. Silva dos. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Luanda (1884-1888)*. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, USP.

⁴ FERREIRA, Roquinaldo. *Escravidão e revolta de escravos em Angola (1830-1860)*. *Revista Afro-Ásia*. EDUFBA, 1999, p. 9-44.

O artigo de João José Reis, “*Notas sobre a escravidão na África pré-colonial*”⁵, é de grande importância para esta pesquisa, pois apresenta a prática da escravidão no interior do continente africano, marcada por uma escravidão doméstica ou de linhagem e algumas diferenças com relação à escravidão comercial atlântica, assim como os principais motivos que levavam um homem livre a se tornar escravo na África.

Na tentativa de melhor apresentar as questões relacionadas à pesquisa, a monografia foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo traz um panorama do contexto histórico de fins do XIX, caracterizado pela corrida imperialista europeia à África. Também são apresentados o relato de viagem, a expedição organizada por Alexandre de Serpa Pinto e o debate sobre essa obra da literatura de viagem como fonte documental para a História da África.

O segundo capítulo é dedicado ao trabalho e à escravidão em Angola no século XIX. São discutidos o conceito de escravidão na África e as transformações na escravidão em Angola no século XIX.

O terceiro capítulo é reservado ao tema específico dos carregadores na expedição de Serpa Pinto. Aqui ganham destaque as resistências dos carregadores representadas no diário pela dificuldade de recrutamento e pelas fugas e o discurso civilizatório dos relatos de viagem.

⁵ REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, nº 14, 1987, p. 5-21.

Capítulo 1: A expedição de Serpa Pinto e a corrida imperialista europeia à África

1.1. A corrida imperialista europeia à África

Segundo a historiadora Leila Hernandez, em *“A África na sala de aula”*, devemos considerar que a partilha e a ocupação definitiva do continente africano foram resultado do envolvimento de diversas economias europeias que pretendiam garantir mercados externos, acarretando um forte expansionismo. Com isso, surgiu uma intensa “corrida imperialista” empreendida pelos países europeus, dominando principalmente diversos territórios africanos e transformando-os em áreas coloniais.

“Não é difícil compreender que esse imperialismo de fins do século XIX esteve ligado ao desenvolvimento do sistema capitalista, em uma fase cuja inovação é a forma como se articulam política e economia, na qual o Estado assumiu, decisivamente, o papel de parceiro e interventor econômico.”⁶

Apesar do termo imperialismo carregar diversas proposições ideológicas, as suas ações estavam relacionadas à ideia de expansão, que foi dotada de intensa desigualdade e grande opressão, perceptíveis nas relações de poder estabelecidas entre as metrópoles e as suas colônias.

Leila Hernandez apresenta diferentes vertentes que tentam explicar teoricamente a causa do imperialismo. A principal delas está relacionada às teorias do pensamento marxista, sendo representado por Rosa Luxemburgo e Lênin.

A teoria leninista, que foi formulada durante a Primeira Guerra Mundial, defende que o imperialismo é consequência das baixas taxas de lucro, devido à crescente concorrência entre as nações capitalistas. Como forma de resolver esse problema, essas nações investiriam constantemente em máquinas cada vez mais modernas e aprimoradas, que em curto prazo já se tornavam ultrapassadas. Para Lênin, as nações capitalistas desenvolvidas voltaram-se para os mercados dos

⁶ HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 71.

países subdesenvolvidos, como forma de garantir os seus lucros e as matérias-primas destes, formando desta forma, suas áreas coloniais.

Já no pós-Segunda Guerra, essa teoria leninista foi usada, como forma de explicar tanto o colonialismo como também o neocolonialismo, ou seja, as relações que ainda existiam entre os países recém-independentes e as suas antigas metrópoles europeias, que ainda continuavam os explorando. Segundo o professor Maurício Parada, em *A História da África Contemporânea*, nesse momento de Guerra Fria e confrontos políticos, o imperialismo tornou-se “*sinônimo de expansão territorial com a finalidade de anular politicamente a potência adversária.*”⁷

Leila Hernandez afirma que já para Rosa Luxemburgo o imperialismo estava ligado à questão dos pequenos salários dos trabalhadores e à sua miséria, que conseqüentemente acarretou o baixo consumo do que era produzido pelos Estados capitalistas, sendo assim necessário um mercado consumidor que adquirisse essa produção, através da conquista de áreas coloniais, para que o crescimento econômico prosperasse.

Maurício Parada também menciona Rosa Luxemburgo, destacando que, segundo ela, os países capitalistas viam o colonialismo como uma forma de amenizar as crises contínuas do capitalismo, “[...] *transformando as colônias em áreas para captar matérias primas e mercado para alocar produtos.*”⁸

Percebe-se, assim, que o pensamento marxista propõe que o imperialismo é caracterizado por relações econômicas, desiguais e de dominação entre os países, explorando os vistos como “atrasados” em favorecimento dos “desenvolvidos”.

Leila Hernandez mostra que existia uma conexão entre o expansionismo e a conquista de territórios não europeus, destacando a sua importância econômica. Um exemplo disso foi o aumento das exportações europeias que levaram a um crescimento econômico entre 1870 e 1914.

⁷ PARADA, Maurício. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, Ed. Pallas, 2013, p. 23.

⁸ Idem, p. 21.

“[...] O crescimento de uma rede cada vez mais densa de transações econômicas e comunicações, além do movimento de bens, dinheiro e pessoas, ligando não só os países desenvolvidos entre si e estes ao mundo não desenvolvido, como por exemplo, à bacia do rio Congo e à região do Cabo, na África austral.”⁹

Esse crescimento econômico não só gerou condições, como também levantou outras questões imprescindíveis que acarretaram o expansionismo, pois toda a economia era fomentada pela concorrência entre diversos países de base industrial, que buscariam a matéria-prima essencial para a sua produção e progresso técnico em territórios não europeus.

Como foi visto anteriormente, algumas teorias relacionadas ao imperialismo sustentaram-se na ideia do “subconsumo”, mas o que se notou na prática dentro do sistema capitalista, mesmo com o baixo consumo, foi um grande consumo por parte das metrópoles, formando um mercado crescente para os produtos coloniais.

“[...] o ponto crucial da situação econômica global foi que certo número de economias desenvolvidas se deu conta, simultaneamente, da necessidade de novos mercados, obtendo algumas “portas abertas” no mundo subdesenvolvido, ou procurando conquistar e dominar territórios que garantissem às economias nacionais e européias uma posição monopolista ou, ao menos, vantagens bastante substanciais.”¹⁰

Para Leila Hernandez, esta foi a razão para a divisão das regiões do “Terceiro Mundo”, que ainda não tinham sido ocupadas, principalmente com as políticas protecionistas após 1879. Assim, os interesses econômicos dos países desenvolvidos foram realizados em direção à partilha do continente africano.

O historiador Maurício Parada também compartilha a ideia de que a África foi o continente que mais sofreu com o imperialismo colonial e com o seu consequente expansionismo, sendo a sua partilha o ponto crucial para a formação dos grandes impérios coloniais.

É possível notar que o imperialismo usou artifícios ideológicos que fizeram a maioria compartilhar do mesmo pensamento dos Estados imperiais, legitimando a causa civilizatória europeia na África e também a importância

⁹ HERNANDEZ, Leila. op. cit., p. 77.

¹⁰ Idem, p. 78.

européia no processo imperialista em fins do XIX e que, “ [...] justificando e legitimando a exploração e dominação europeias, pôs em curso o glorioso e heróico empreendimento de conquistar terras exóticas habitadas por gentes selvagens, de pele negra, carentes de civilização”, de acordo com o historiador Eric Hobsbawn.¹¹

A filósofa alemã Hannah Arendt mostra como o imperialismo colonial, de 1884 a 1914, pressupôs os regimes totalitários do século XX, apresentando aspectos importantes como o “expansionismo, a burocracia colonial e o racismo”. O expansionismo, para Arendt, não é só respectivo à influência econômica, mas também é o principal objetivo político. Logo, o imperialismo, “*contém uma esfera política traduzida por uma base ilimitada de poder cujo suporte é a força política presente na vocação para a dominação global*”.¹²

Assim, segundo Leila Hernandez, nota-se que o pensamento de Hannah Arendt é oposto ao pensamento leninista, que acredita que o imperialismo é a última fase do capitalismo. Para Arendt, “*o “imperialismo colonial” é a expressão política do acúmulo de capital e, por isso, o primeiro estágio político da burguesia.*”¹³

Sendo assim, esse imperialismo colonial ao instrumentalizar o poder político da classe burguesa, ou seja, formar um aparato militar composto pelo exército e pela polícia, criou-se um sistema administrativo colonial como seu centro político, caracterizado pelo uso da violência e da força com o objetivo de fiscalizar e de promover a ordem nas colônias.

Hernandez, então, conclui que o uso da força sem restrição acaba gerando mais força e também uma “*[...] violência administrativa em benefício da força e não da lei (que regula as relações cotidianas entre pessoas e grupos) torna-se um princípio destrutivo que só é detido quando mais nada resta a violar, isto é, quando o terror se torna indiscriminado.*”¹⁴

¹¹ HOBBSAWM, Eric, J. “A era dos impérios”. In: *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 105-106. Apud HERNANDEZ, Leila. Op. Cit., p. 78.

¹² ARENDT, Hannah. Imperialismo. In: *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 146-187. Apud HERNANDEZ, Leila. Op. Cit., p. 91.

¹³ HERNANDEZ, Leila. Op. Cit., p. 92.

¹⁴ Ibidem.

Para Arendt, no “imperialismo colonial”, os totalitarismos se diferenciavam pelo controle exercido por aqueles que representavam o “fator imperial”, formado pela imprensa e pelo Parlamento, e esses representantes criticavam a irrelevância e a ação violenta dos dirigentes coloniais e o resultado de suas ações para os povos africanos. Mas essas críticas não diminuía o raio de ação política desses dirigentes ou, em casos de confirmação de violência desses dirigentes contra os nativos, eles não eram expulsos dos seus cargos.

Com isso, pretende-se mostrar que as práticas políticas imperialistas formaram relações sociais baseadas na desigualdade entre europeus e africanos. E o aspecto que firmou a dominação europeia sobre os africanos foi, segundo Arendt, o racismo.

“[...] os homens europeus concordam quanto aos meios e aos fins da dominação colonialista, plenamente justificados pelo racismo, o qual, provocando a perda do senso de realidade do europeu em contato com outros povos, fornece um conjunto de elementos para que as sociedades coloniais se ordenem internamente como um organismo regido por uma arbitrariedade justificada pela “superioridade da raça branca.”¹⁵

O racismo vem do valor negativo atribuído ao negro, que tendo seus potenciais diminuídos, não é visto e nem tratado como “semelhante” em relação aos brancos. Como afirma Leila Hernandez, o conhecimento histórico nos mostrou que o “imperialismo colonial”:

“[...] dispunha de mecanismos ideológicos que levavam as massas a se identificar com o Estado e a nação imperiais, conferindo justificação e reconhecendo legitimidade ao sistema político e social de seu país. Valia-se de mostras etnográficas, exposições universais e feiras mundiais, imensos rituais de massa em que o Ocidente se auto-representava glorificando uma missão civilizatória auto-atribuída.”¹⁶

Essas exposições consolidavam culturalmente esses impérios, representando a eles mesmos como “civilizados”, e aos outros povos que mantinham contato, como “bárbaros”, “selvagens”, destacando as diferenças

¹⁵ Idem, p. 93.

¹⁶ Idem, p. 94.

como meios para legitimar as missões civilizatórias dos europeus no continente africano.

Segundo Maurício Parada, *“administradores coloniais, militares e missionários do colonialismo enfatizaram o caráter irracional e despreparado do africano face a do europeu, apresentando o primeiro como infantil, incivilizado ou dominado pela ‘superstição’.”*¹⁷

Leila Hernandez também explica a partilha e a conquista europeias sob a perspectiva africana, que nega a autoridade da civilização branca sobre o continente africano. Além dos elementos econômicos como fator importante do expansionismo europeu, as elites culturais africanas também colocam em questão a crítica em relação ao racismo, à visão de mundo própria dos europeus e a resistência africana frente a esse imperialismo.

Pesquisadores africanos estudiosos do tema chamaram a atenção sobre as representações construídas pelos europeus, destacando perspectivas como o “darwinismo social”, o ativismo social e o cristianismo evangélico, favoráveis a uma política de exploração e domínio, que estavam relacionadas ao imaginário coletivo pautado numa superioridade cultural e racial europeia.

A autora salienta que, em relação ao “darwinismo social”, intelectuais africanos destacam que a luta pela sobrevivência está na submissão da “raça não evoluída” pela “raça superior”, a partir do processo de “seleção natural” de Charles Darwin, onde o “mais forte” domina o “mais fraco”.

*“Assim, a classificação das raças em “superiores” e “inferiores”, recorrente desde o século XVII, ganha uma falsa legitimidade baseada no mito iluminista do saber científico, coincidindo com a necessária justificativa de que a dominação e a exploração da África, mais do que “naturais” e inevitáveis, eram “necessárias” para desenvolver os “selvagens” africanos, de acordo com as normas e os valores da civilização ocidental.”*¹⁸

Já o “atavismo social” fazia referência ao indivíduo que tem a vontade natural de dominar o outro, simplesmente pelo prazer da dominação. No ponto de vista das classes populares, *“essa ideia se transforma no argumento básico para*

¹⁷ PARADA, Maurício. op. cit., p. 40.

¹⁸ HERNANDEZ, Leila. op. cit., p. 80.

explicar o imperialismo como resultado de um egoísmo nacional coletivo próprio, comandado por um estado pré-capitalista, que se expande ilimitadamente pela força.”¹⁹

Em relação ao “cristianismo evangélico”, Leila Hernandez explica que a partilha do continente africano era resultado também do trabalho missionário, com o intuito de “regenerar” os africanos, ou seja, catequizá-los e civilizá-los. Alguns missionários, como os luteranos alemães, viam a conquista da África pelos europeus como uma forma de acabar com a escravidão e a alta mortalidade de negros.

Ao longo do século XIX, o tráfico Atlântico empreendido pelas potências europeias diminuiu em consequência da promulgação das leis para pôr fim ao tráfico negreiro, mas, em contrapartida, a expansão europeia e o processo de “roedura” do continente africano cresceram. Este processo iniciou-se com a ação de exploradores e missionários no interior da África.

Leila Hernandez menciona o sacerdote Daniel Comboni, que pretendeu, sem a intervenção política das nações europeias, evangelizar os africanos através da criação de centros de educação e de formação que seriam inaugurados dentro do continente africano.

“É importante destacar que a evangelização cristã, fosse católica ou protestante, tinha três pontos comuns. O primeiro era empreender a conversão dos africanos não apenas ao cristianismo, mas ao conjunto de valores próprios da cultura ocidental européia. O segundo, por sua vez, era ensinar a divisão das esferas espiritual e secular, crença absolutamente oposta à base do variado repertório cultural africano fundado na unidade entre vida e religião. Já a terceira, referia-se à pregação contrária a uma série de ritos sagrados locais, o que minava a influência dos chefes tradicionais africanos.”²⁰

A autora continua nos apresentando, então, outras teorias importantes para serem pensadas no âmbito da discussão sobre imperialismo e partilha. A primeira delas é a “teoria do prestígio nacional”, que mostra que as expansões da França, Grã-Bretanha, Rússia, Itália, Portugal, Alemanha e da Holanda foram devidas as

¹⁹ Idem, p. 81.

²⁰ Idem, p. 54.

suas perdas de território na própria Europa e de domínios no além-mar. Com a expansão imperialista e a partilha da África esses países recuperariam a sua influência nacional. Para Leila, esses exemplos não demonstram as especificidades do expansionismo desses países, mas no caso da Alemanha e da Espanha, embora não tenham sido importantes estratégica e economicamente, comprovam que foram uma forma de se conseguir notoriedade nacional.

Outra teoria seria a “teoria do equilíbrio de forças”, que evidencia que a relação entre os países era baseada pelo uso irrestrito da força através da subordinação dos fracos pelos mais fortes, existindo espaço para frequentes rivalidades e conflitos. Assim, busca-se uma convivência retratada na administração pacífica dos conflitos na tentativa de conseguir manter a ordem internacional, reforçando o poder de cada país através da conquista de territórios.

Na visão de Leila Hernandez, essas duas teorias limitam o imperialismo a uma exclusividade europeia, não levando em consideração a conquista de colônias referentes ao expansionismo e também o caráter histórico da partilha da África acompanhado de sua instabilidade incitada pelos países da Europa desde o século XV. Outro ponto levantado por Hernandez é que essas teorias não consideram a importância das lutas de resistência africanas no que diz respeito ao imperialismo do final do século XIX.

Por último, Leila apresenta a “teoria da estratégia global”, que coloca a partilha e a conquista da África como “*respostas aos ‘protonacionalismos’ africanos, apresentados como ‘lutas românticas e reacionárias’ que colocavam em risco os interesses estratégicos globais dos países europeus.*”²¹

Para a autora, essa ideia não está correta, pois as explorações na África ocorreram desde o século XV, como já mencionado, e cresceram em fins do século XVIII, por causa de exploradores europeus que adentravam os sertões do continente. A partilha do continente africano, logo após a Conferência de Berlim, no final do século XIX, ocorreu devido às disputas das nações europeias e não como uma resposta aos protonacionalismos africanos. As resistências africanas aconteceram quando se iniciaram a partilha e a conquista do continente, antes mesmo de uma conquista militar permanente, demonstrando assim, a importância dessas resistências para o processo de conquista. Segundo Maurício Parada, o que

²¹ Idem, p. 83.

favoreceu as resistências, *“foi a força das populações africanas somada à incapacidade europeia de submeter as diversas culturas que encontrou.”*²²

Para o nigeriano Godfrey Uzoigwe, especialista em História da África Oriental, a partilha e a conquista do continente africano poderiam ter sido evitadas. Este autor destaca que a partilha é o marco do processo de “roedura” do continente e o papel desestabilizador dos postos comerciais e de missionários europeus, da constituição de colônias e protetorados e da ocupação de territórios estratégicos.²³

Uzoigwe ainda menciona as diferentes formas de resistência, como, as de “confronto, aliança e aceitação e submissão”, onde as duas últimas referem-se a tratados políticos e comerciais, que foram responsáveis por desestabilizar diversos espaços africanos. Por isso, salienta não só a ação dos países europeus em relação à partilha do continente africano, como também o grande valor desses tratados entre chefes africanos e os dirigentes europeus para a conquista.

*“É importante observar que esse conjunto de instrumentos permite ao capitalismo europeu extrair produtos necessários à indústria, desequilibrar as economias domésticas e influenciar os sistemas políticos africanos. Em particular, os dois últimos aspectos são estratégicos para a transformação dos espaços africanos em áreas de influência, protetorados e colônias europeias.”*²⁴

A maioria desses tratados, tanto políticos quanto econômicos, era em troca de reconhecimento do poder dos europeus e proteção à população e às chefias africanas. Segundo Leila Hernandez, a principal razão que levavam esses chefes indígenas a consolidar tratados era manter relações políticas com os dirigentes europeus para conseguir proveitos políticos em relação a outras sociedades africanas. Além disso, esses tratados também eram uma forma do chefe manter a obediência de seus subordinados e a defesa da sua soberania que normalmente era ameaçada por outros países europeus. Mas, esses diversos tratados e alianças acarretaram a perda do domínio dos espaços geopolíticos africanos favorecendo a

²² PARADA, Maurício. Op. cit., p.39.

²³ UZOIGWE, Godfrey N. *“Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”*. In: BOAHEN, p. 25-42, Apud HERNANDEZ, Leila. Op. cit., p. 84.

²⁴ Ibidem.

dominação europeia nesses territórios e, posteriormente, dando origem às resistências africanas.

Os africanos reagiram à conquista, defendendo seus direitos e seus costumes, no que diz respeito à sua liberdade e independência, mostrando que nunca tinham se conformado com a tal “pacificação” europeia.

Os africanos usavam da diplomacia ou da luta armada, muitas vezes, combinando as duas formas. Porém, esta última era a mais recorrente dentre as resistências, formando em maior número uma “luta militar efetiva”. Leila Hernandez expõe diversos exemplos de resistências em diferentes regiões africanas, sob domínios franceses, alemães, britânicos, etc., mostrando como foram importantes para evidenciar o fraco poder bélico africano frente à superioridade tecnológica dos europeus, a violência e as formas de resistência perante a perda de poder e liberdade no que se refere ao protagonismo africano em relação à partilha e à conquista:

“Para a efetividade da conquista concorreu a supremacia europeia, decorrente do conhecimento geofísico, econômico e militar dos diferentes territórios do continente africano, graças às atividades dos missionários e exploradores; o desenvolvimento da tecnologia médica, oferecendo drogas de uso profilático contra várias doenças, como a malária; e os seus recursos materiais, sobretudo bélicos e financeiros.”²⁵

No século XIX, o grande motivo de exploração do continente africano, devido aos interesses comerciais europeus, foi a busca por importantes rotas que dessem passagem ao interior. Diversas viagens foram empreendidas por diferentes viajantes-exploradores, com destaque para David Livingstone (1846-1873), Silva Porto (1853-1854), Cameron (1873-1874), Stanley (1874-1877), Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1877-1880) e Serpa Pinto (1877-1879). Os objetivos gerais dessas expedições, como de muitas outras, era controlar os mais importantes cursos dos rios e, por consequência, o abastecimento dos produtos das regiões circunvizinhas, além de instituir tratados com as chefias africanas.

Leila Hernandez pontua que, [...]tentando compreender a importância dessas viagens exploratórias para os países europeus, é útil recordar que elas não só deram continuidade como aceleraram o processo de “roedura” do

²⁵ Idem, p. 86-87.

continente e tornaram acaloradas as discussões sobre a partilha, precipitadas pela forte crise do Império Otomano e pelo final do trato negreiro. O marco foi a Conferência de Berlim, cujas consequências para a África fazem-se presentes até os dias atuais.”²⁶

A Conferência de Berlim foi organizada pelo Chanceler alemão Otto von Bismarck entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, da qual participaram, representantes dos principais governos europeus: Portugal, Inglaterra, França, Espanha, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia, Áustria-Hungria e o Império Otomano.

“Os principais objetivos eram assegurar as vantagens de livre navegação e livre comércio sobre os dois principais rios africanos que deságuam no Atlântico, o Níger e o Congo. Visavam também regulamentar as novas ocupações de territórios africanos, em particular da costa ocidental do continente.”²⁷

Por detrás desta Conferência estava a pretensão do rei Leopoldo II da Bélgica em criar um império ultramarino compreendido através de uma imagem forjada de uma missão caridosa. Assim, o rei Leopoldo II pretendia que as rotas fossem localizadas para posteriormente serem abertas para se ter acesso ao interior do continente, “[...] e a instalação de postos hospitalares, científicos e pacificadores, como forma de abolir o tráfico de escravos, estabelecer a paz entre os chefes tribais e fornecer-lhes arbitragem justa e imparcial.”²⁸

Outro motivo para a organização da Conferência foram os interesses de Portugal nos territórios que ligariam Angola a Moçambique, de um lado a outro do continente, do Atlântico ao Índico. Esses interesses foram representados pelo famoso mapa-cor-de-rosa elaborado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Henrique Barros Gomes em outubro de 1883 e publicado em 1885.²⁹ A partir dos dados de reconhecimento levantados por Serpa Pinto, ao longo de sua travessia, o Estado Português se sentiu no direito de pretensão sobre aquelas terras e foi o

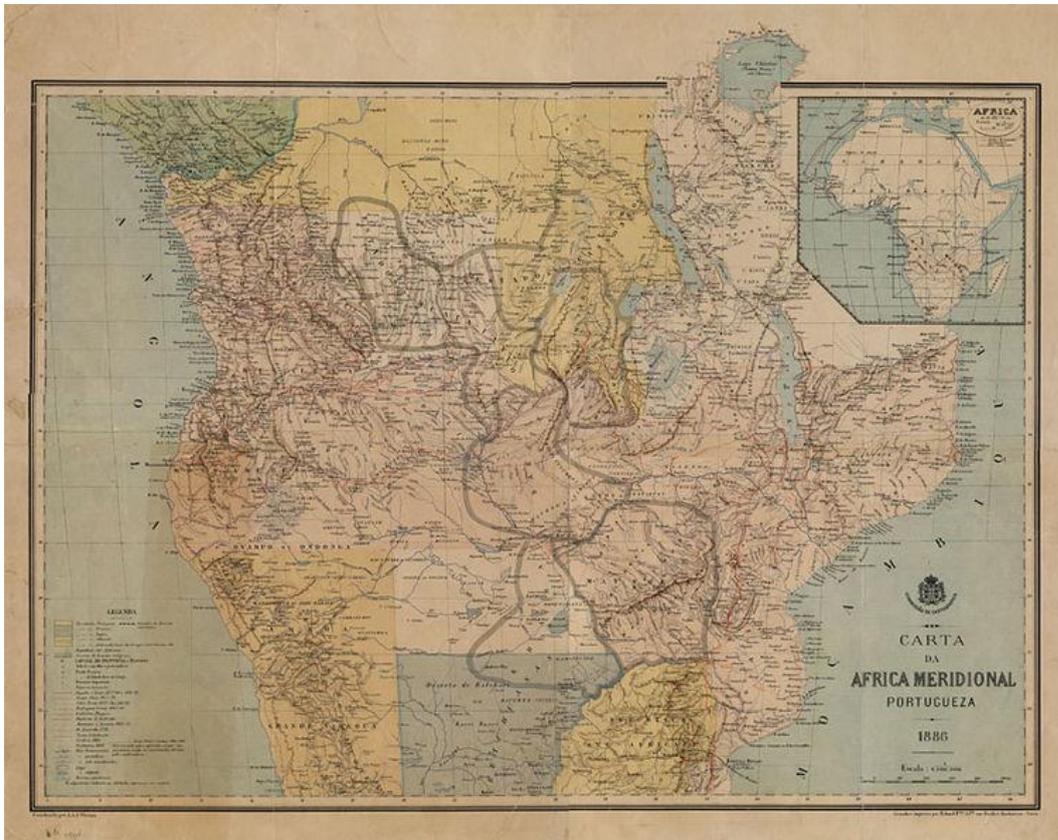
²⁶ Idem, p. 59.

²⁷ DE CLERQ, Recueil. “Des traités de la France”. In: BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974. t. 14. p. 78-91. Apud HERNANDEZ, Leila. Op.cit., p. 62.

²⁸ HOCHSCHILD, op. cit.. Apud. HERNANDEZ, Leila. Op.cit., p. 54-5.

²⁹ NEWITT, Malyn. Moçambique. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). *O Império Africano, 1825-1890. Nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.p.645.

primeiro a propor que se realizasse um congresso europeu com o objetivo de organizar a ocupação da África pelas potências coloniais.



Carta da África Meridional Portuguesa ou Mapa Cor-de-rosa. https://pt.wikipedia.org/wiki/Mapa_Cor-de-Rosa. Acesso em novembro de 2015.

A França também estava em disputa com a Inglaterra pelo controle do Egito, em 1879. E a Inglaterra tinha interesse na livre navegação e comércio nas bacias do Níger e do Congo.

“Todos esses fatos indicam uma convergência de interesses econômicos e políticos em torno do continente africano, abrangendo o estabelecimento de pontos de ocupação com a assinatura de inúmeros tratados com os potentados africanos, tornando-os presas fáceis para os colonialismos europeus dos finais do século XIX.”³⁰

³⁰ HERNANDEZ, Leila. Op. cit., p. 61.

No Capítulo II da Ata Geral da Conferência de Berlim, os países signatários comprometeram-se a manter as populações indígenas e melhorar suas condições materiais e morais, além de ajudar a acabar com o comércio de escravos e proteger os missionários e viajantes, e também a liberdade religiosa, apoiando, assim, as instituições religiosas e científicas que iriam “esclarecer” os indígenas, civilizando-os.

“A partir da conferência, a corrida ao continente africano foi acelerada, num gesto inequívoco de violência geográfica por meio da qual quase todo o espaço recortado ganhou um mapa pra ser explorado e submetido ao controle.”³¹

Apesar de todos os viajantes-exploradores europeus, incluindo Serpa Pinto, oferecerem importantes dados etnográficos sobre os diferentes povos e culturas das diversas regiões do continente africano, nenhum desses dados foi considerado. A divisão política da África não respeitou nem a história, a língua, nem as relações étnicas e familiares dos povos do continente. Com base no que Portugal chamou de "direito histórico" por ter iniciado a exploração sobre a África, e com base nos dados de exploração e reconhecimento efetuados por Serpa Pinto, o Estado Português reclamou para si vastas áreas do continente africano, embora, de fato, apenas dominasse feitorias costeiras e pequenos territórios ao redor dessas.

1.2. A expedição de Serpa Pinto

"Assim como só o homem que, sendo pai, pode compreender a dor pungente da perda de um filho, assim também só o homem que foi explorador pode compreender as atribulações de um explorador."

Alexandre de Serpa Pinto.

Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto nasceu na freguesia de Cinfães, Em Portugal, no dia 20 de abril de 1846 e faleceu em 28 de dezembro de 1900. Era militar, explorador, administrador colonial português, e filho do

³¹ Idem, p. 64.

médico José da Rocha Miranda de Figueiredo e de D. Carlota Cacilda de Serpa Pinto.



Alexandre de Serpa Pinto. <http://www.lacm.org.pt/conheca-o-cm/outros-antigos-alunos-de-relevo/serpa-pinto>. Acesso em setembro de 2015.

A primeira viagem de Serpa Pinto à África foi realizada em 1869, integrando uma expedição ao rio Zambeze. Esta expedição foi tão impactante para Serpa Pinto, que este passou a reunir meios e apoios para realizar uma segunda expedição de reconhecimento mais aprofundado da região.

Em novembro de 1877, Serpa Pinto integrou uma nova expedição científica para África Central junto com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1877-1880), com o intuito de explorar os territórios compreendidos entre as províncias de Angola e Moçambique e também bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze. Expedição esta que deu origem ao seu diário, “Como atravessei a

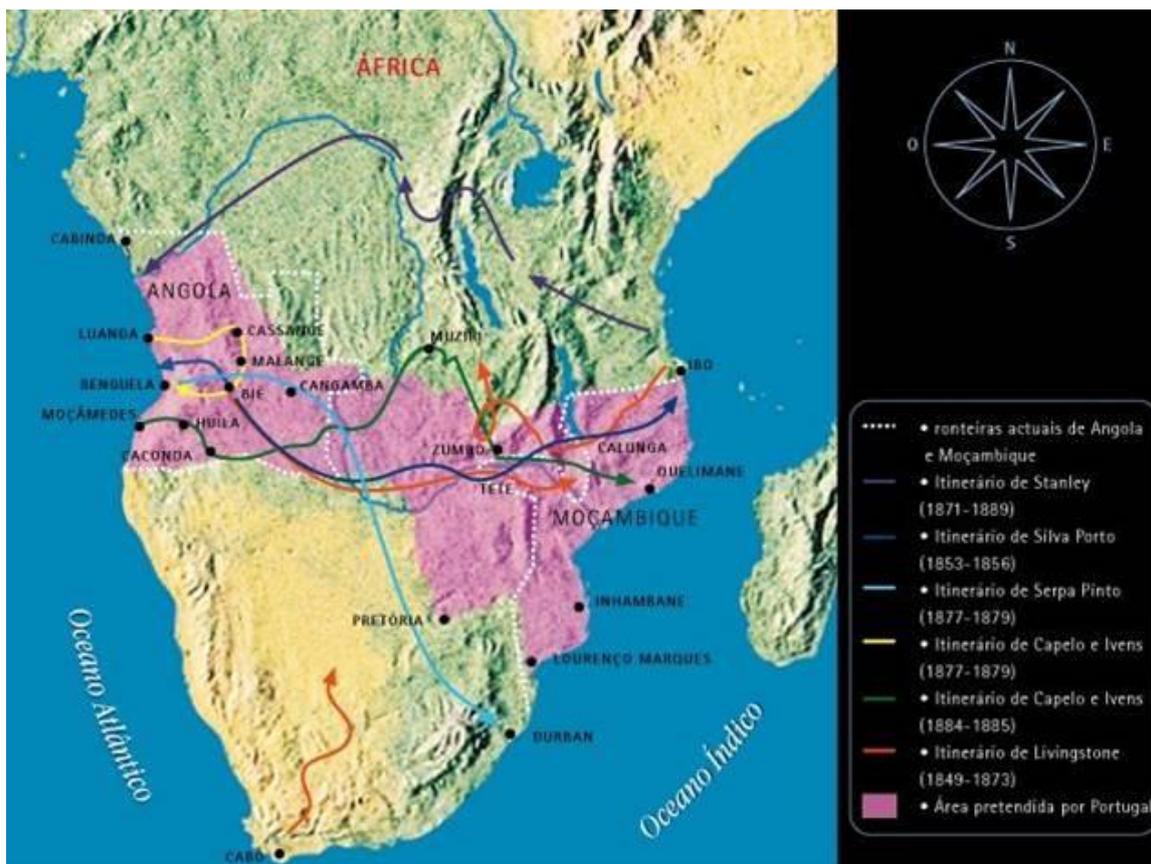
África do Atlântico ao Índico. Viagem de Benguela à Contra-Costa, através de regiões desconhecidas”.

A viagem iniciou-se na zona oeste da costa de Angola, chegando em Luanda no dia 6 de agosto de 1877, logo depois, seguiram para Benguela como rota para chegar até Bié. Durante o seu trajeto, Serpa Pinto passou por Quilengues, Dombe e Caconda, mas, ao chegar na região angolana de Bié, houve uma divisão do grupo, e Serpa Pinto assumiu a travessia que contrariava o objetivo inicial da expedição científica, seguindo ao sul, pois pretendia atravessar o interior do continente até Moçambique. Já Capelo e Ivens seguiram em direção ao norte.

A sua jornada terminou em março de 1879, quando atingiu Pretória e Durban, na atual África do Sul, atravessando as bacias do rio Congo e do Zambeze, Angola e partes das atuais Zâmbia, Zimbábue e África do Sul.

O início da discussão na Europa sobre a ocupação dos territórios africanos pelos respectivos países colonizadores obrigou o Estado Português a repensar a sua estratégia de exploração. O objetivo da expedição de Serpa Pinto, assim como da maioria das expedições ao interior da África durante o século XIX, era reconhecer e mapear o território africano, na tentativa de firmar sua soberania sobre suas colônias africanas.

Como já mencionado, Portugal pretendia ligar as colônias de Angola e Moçambique numa extensão de território a que se chamou de "Mapa Cor de Rosa", ligando um ponto a outro do continente africano, do Atlântico ao Índico, visto como direito histórico português, como é possível verificar no mapa a seguir:



Rotas seguidas por alguns viajantes durante o século XIX, incluindo a rota da expedição de Serpa Pinto. http://zeroum.no.sapo.pt/Republica/sb9_Republica_mapa_cor_de_rosa.htm, Acesso em agosto de 2015.

1.3 Os relatos de viagem como fonte documental para a História da África

Para me ajudar a analisar o diário da expedição de Serpa Pinto, utilizarei a obra da crítica literária e professora de literatura Mary Louise Pratt, *“Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação”*.³² Nessa obra, Pratt faz uma análise sobre diversos relatos de viagem a partir de um estudo de gênero e de crítica ideológica, criando uma nova visão das relações entre metrópole e áreas coloniais, entre o saber europeu e o saber nativo, entre visitantes e visitados, viajantes e “visitados”. Assim, os seus objetos de estudo seriam as viagens e os

³² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

relatos de expedições europeias, ocorridos durante a sua expansão econômica e política a partir de 1750.

Mary Pratt trabalha com os conceitos de “zonas de contato” e “transculturação”, mostrando como os dois estão interligados e são importantes para entender a forma como eram escritos os relatos de viajantes e como estes são fontes de informação e representação a respeito dos povos, lugares e épocas. O conceito de “zonas de contato” representa esses lugares onde culturas distintas encontram-se, cruzando-se umas com as outras em relações totalmente desiguais de dependência e dominação, como por exemplo, no escravismo e no colonialismo, ou seja, em situações de desigualdade e repressão. Ao conceituar o termo “transculturação”, Mary Pratt mostra como este é um efeito da “zona de contato”, onde transculturação um processo no qual se dariam as escolhas e os usos, feitos por grupos subalternos, dos instrumentos propagados por uma cultura predominante ou metropolitana. Nesse processo, esses grupos subordinados podem fornecer novos significados aos elementos de uma cultura dominante, interpretando-os a partir dos seus aspectos culturais.

Pratt explica que o termo “contato” se relaciona à interação social, tentando mostrar como os indivíduos se estabelecem nas e pelas suas relações uns com os outros. *“Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos de separação ou segregação, mas em termos de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder.”*³³

A partir dessa perspectiva, a autora coloca as seguintes questões:

*“Como modos metropolitanos de representação são recebidos e apropriados pela periferia? [...] Em que medidas as construções européias sobre outros subordinados teriam sido moldadas por estes últimos, através da construção de si próprios e de seu ambiente, tal como eles apresentaram aos europeus?”*³⁴

A metrópole se via como detentora da cultura dominante, aquela que iria levar a civilização à cultura subalterna, logo, segundo Mary Pratt, ela não considerava a representação dos subordinados, dos “outros”, em relação a ela

³³ Idem, p. 32.

³⁴ Idem, p. 31.

mesma. Assim sendo, os relatos de viagem estavam marcados por esse discurso de autoridade.

Segundo Mary Pratt, em um relato de viagem e de exploração, quando o viajante-explorador dizia “descobrir” algum lugar, como as nascentes de rios, lagos ou certas regiões do interior, na prática, chegava-se até o lugar procurado levado pelos moradores locais que detinham o conhecimento necessário do território. Assim, concretizava a “descoberta” do que os africanos já conheciam. Para Pratt, a dimensão dessa descoberta, refere-se a uma mudança dos conhecimentos dos africanos para os conhecimentos europeus “[...] associados a formas e relações européias de poder. Colocar a questão dessa forma, é, obviamente, por de lado [...] o que efetivamente constituiu a dimensão heróica desse tipo de descoberta, a saber, a superação de todas as barreiras geográficas, materiais, logísticas e políticas à presença física e oficial de europeus em lugares tais como a África Central.”³⁵

A ação da descoberta estava relacionada ao ponto de vista cultural europeu, a todo o conhecimento adquirido através do ato de ver, por isso, Mary Pratt classifica alguns exemplares desse gênero como o “monarca-de-tudo-o-que-veja”. Ao mencionar o viajante Richard Burton, que escreveu o relato “*Regiões dos Lagos da África Central*”³⁶, publicado em 1860, ela exemplifica esse tipo de gênero, onde Burton ao “descobrir” o lado Tanganica, tem seu feito heroico totalmente caracterizado na busca de algo. Por ter estado muito doente, Burton percorreu grande parte da trajetória sendo levado por seus assistentes africanos. Logo, para Pratt, a ação da “descoberta” em si não existe, pois dependeu de outros para que o objetivo se concretizasse. Ela só se torna verdadeira quando o viajante relata, descrevendo no papel o que aconteceu, através de um diário ou livro de viagem, apresentando um discurso em benefício de si próprio.

A visão descritiva ganha uma importância e faz com que sua jornada se torne-real e incontestável. Pois, quando um viajante descreve uma paisagem, ele é necessariamente o observador, logo ele tem a capacidade de reconhecer a cena, dando autoridade para as suas observações. “*A cena do monarca-de-tudo-o-que-*

³⁵ Idem, p. 341.

³⁶ BURTON, Richard. *The Lake Regions of Central Africa. A Picture of Exploration (1866)*. New York, Horizon Press, 1961, vol.II, p.43.

veja, portanto, parece envolver uma interação particularmente explícita entre estética e ideologia, no que se poderia chamar de uma retórica da presença.”³⁷

Ao analisar relatos de outro viajante, o franco-americano Paul Du Chailu, em *“Explorações e Aventuras na África Equatorial”*³⁸, Mary Pratt mostra as características de um discurso colonialista e civilizatório, demonstrando seu olhar europeu predominante, contrastando diante de aspectos “bárbaros” referentes aos costumes africanos, sendo certas práticas “civilizadas” impraticáveis em algumas situações vividas dentro do continente africano.

A autora mostra que outros relatos tentam demonstrar a inocência europeia em suas ações na África, mostrando que expansionismo não estava diretamente ligado às questões de exploração ou dominação, não sendo estes sinônimos de autoridade e conhecimento, não significando controle. Dessa forma, essa inocência caracterizava a maneira de ser um europeu dentro do continente africano. Esses relatos são classificados por Pratt como “anticonquista”, para se referir aos meios de representação usados pela elite europeia para afirmar sua supremacia e inocência, mas que constituía um discurso imperial de conquista.

A historiadora Elaine Ribeiro, em sua dissertação de mestrado, também chama a atenção para o papel dos relatos de viagem como fonte histórica, especificamente sobre os relatos referentes ao continente africano. Ao mencionar produções de relatos de viagem voltadas para regiões de colonização portuguesa, enfatiza o caráter eurocêntrico característico das narrativas europeias, *“[...]sua natureza parcial, quanto às interpretações culturais generalizantes e imprecisas, baseadas em discursos ideologizados pela predominância civilizacional europeia.*”³⁹

A autora comenta sobre as modificações que os relatos podem sofrer durante a edição por muitas vezes o autor-viajante não estar mais presente na expedição ou por influências de pessoas e acontecimentos que não foram mencionados nos diários, mas que foram lembrados depois. Também podem ser transformados propositalmente por razões referentes ao contexto social ou por motivos pessoais ao fim de sua viagem.

³⁷ PRATT, Mary. Op. cit., p. 345.

³⁸ DU CHAILU, Paul. *Explorations and Adventures in Equatorial Africa*. New York, 1861, p. 83.

³⁹ RIBEIRO, Elaine. Op. cit., p. 28.

Elaine atenta para a importância de analisar as características dos autores dos relatos, como profissão, origem, as suas noções de direitos e deveres. Os relatos de viagem permitem trabalhar com as formas de representação a partir do olhar europeu sobre os trabalhadores africanos, notando-se assim, a ação histórica desses homens, que foram sendo desvalorizados dentro de suas sociedades ao longo do tempo.

Capítulo 2 – Trabalho e escravidão em Angola no século XIX

2.1. O conceito de escravidão na África

Para abordar o tema do trabalho e da escravidão em Angola no século XIX, em primeiro lugar, faz-se necessário apresentar a discussão historiográfica em torno do próprio conceito de escravidão e as transformações que esta sofreu ao longo do tempo no continente africano.

O conceito de escravidão na África é apresentado pelo historiador João José Reis no artigo “*Notas sobre a escravidão na África pré-colonial*”⁴⁰. Este autor nos chama a atenção para a primeira imagem que vem a nossa mente quando nos referimos aos escravos africanos. De imediato, já pensamos em grupos de escravos trabalhando em plantações, engenhos e cidades como dos EUA, Caribe ou Brasil. Isso não é à toa, pois cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos para o continente americano entre os séculos XVI e XIX.

José Reis aponta para uma visão muito recorrente de que a exploração e a opressão de homens, mulheres e crianças africanas foram inicialmente impostas pelos europeus, mas os africanos já haviam criado, no interior do seu continente, formas de opressão.

O autor destaca que estudos recentes mostram que a escravidão também existia na África, e lá, assim como nas Américas, os escravos também trabalhavam forçadamente em enormes plantações de algodão e engenhos de açúcar, no século XIX. Mas antes desse período, existia também outra forma de escravidão na África, conhecida como escravidão doméstica ou escravidão de linhagem ou parentesco. Nestes casos, a função do escravo era diferente da do escravo de *plantations*, encontrado tanto no continente americano, como posteriormente, na África.

Com isso, o autor pretende mostrar a natureza, as formas de produção, as funções e as transformações características da escravidão africana. Pesquisadores europeus e africanos compartilham da mesma ideia de que existia escravidão na

⁴⁰ REIS, João José. Op. cit., p. 5-21.

África antes mesmo da chegada dos europeus, como Miers, Kopytoff e M. G. Smith, estando em jogo o tipo de escravidão empreendida naquele tempo.

De acordo também com o historiador Roquinaldo Ferreira, especialista em escravidão em Angola, a escravidão entre as sociedades africanas era diferente da escravidão mercantil praticada nos domínios portugueses em Angola.⁴¹ O viajante húngaro, Ladislau Magyar⁴², quando esteve nos sertões de Angola por volta de 1854, identificou essa escravidão mais doméstica, não hereditária e “benigna”. Pois, segundo ele, os senhores exerciam sobre seus escravos mais um poder paternal do que autoritário:

[...] tratam-nos amavelmente e deixam-lhes o tempo suficiente para que possam executar as suas próprias tarefas domésticas. Além disso, os escravos cassam-se sempre com mulheres livres, levam portanto uma vida razoavelmente cômoda e os seus filhos, como propriedade da mãe, são pessoas livres. Mas as escravas são, na maior parte das vezes, concubinas dos seus donos e, como tal, fazem parte dos membros da família.”⁴³

O historiador português José Curto partilha da mesma opinião. Afirma que na África os escravos desfrutavam de uma considerável liberdade, confiança e mobilidade social. Considera ainda que em meados do século XIX, praticamente todos os livros e forros, independente de sua cor, etnia, cultura ou gênero, ainda possuíam escravos. Havia casos de escravos que possuíam escravos, mas nem todos eram propriedade de uma única pessoa, a maioria era propriedade de grupos familiares ou corporativos.⁴⁴

A escravidão no interior de Angola era uma instituição amplamente praticada, através de leis aplicadas de acordo com o interesse dos mais fortes, das guerras de região entre os africanos, e até aplicação de multas pesadas aos pequenos crimes, fazia com que o devedor se oferecesse como escravo. Segundo Roquinaldo Ferreira, esses eram os principais motivos que podiam levar um homem livre a se tornar escravo⁴⁵.

⁴¹ FERREIRA, Roquinaldo. Op. cit., p. 22.

⁴² Magyar. *Viagens no interior da África Austral*. 1849-1859 cap. 7, p. 11.

⁴³ Idem, p. 12.

⁴⁴ CURTO, José. *Resistência à escravidão na África: O caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola (1846-1876)*. Salvador: Edufba, 2005.

⁴⁵ FERREIRA, Roquinaldo. Op. cit., p. 22.

Nesse momento, a escravidão era vista como “leve”, pois não era de caráter exploratório, onde as pessoas tornavam-se escravas por meio de pena criminal ou como uma forma de pagamento de dívidas.

“Nestas situações os escravos eram relativamente bem tratados: tinham acesso ao meio de produção (basicamente a terra), podiam casar-se com pessoas livres e eram considerados membros da família do senhor.”⁴⁶

No diário da expedição, Serpa Pinto menciona que existiam duas formas diferentes de se tornar um escravo. Uma, por ser prisioneiro de guerra, e a outra pelo pagamento de dívidas pelos parentes. Guerras eram feitas exatamente na intenção de se conseguir prisioneiros, naquele momento da expedição ainda eram feitas, mas em menor intensidade⁴⁷.

“No caso de guerra, outrora todo prisioneiro servia para escravo, porque lhe não era fácil, adulto que fosse, voltar da América à África. O Atlântico era garantia segura.”⁴⁸

Estas práticas escravistas parecem muito opostas à escravidão mais conhecida por nós, brasileiros, ligada as *plantations* das Américas e de caráter brutal. Ao definir o escravo como aquele que é propriedade de alguém, e esta propriedade é reconhecida pelas leis e costumes, José Reis coloca que a “prisão social” do escravo doméstico também era uma forma de escravidão. Ser escravo referia-se tanto a uma escravidão ligada à descendência, a sua condição social, como também voltada para o seu comércio em larga escala em diversos lugares dentro da África.

A forma de tratamento dada aos escravos por linhagem era diferente da dos escravos comerciais. O escravo que seguia para o grupo de parentesco era como se fosse “filho” do senhor. Mas havia uma grande diferença entre o “escravo-filho” e os filhos legítimos, pois aquele pra sempre seria subordinado, sob o controle do seu senhor.

⁴⁶ REIS, João José. Op. cit., p. 6.

⁴⁷ PINTO, de Serpa. Op. cit, p. 319.

⁴⁸ Ibidem.

O autor coloca como questão a seguinte interrogação: *“Mas por que o controle sobre pessoas é tão importante na África pré-colonial, em sociedades pouco diferenciadas?”*⁴⁹

José Reis menciona o pesquisador Evsey Domar, que responde a essa questão afirmando que em todo caso de fartura de terras e de falta de mão-de-obra nota-se uma disposição para o surgimento do trabalho forçado. O autor diz que uma competição voltada para o controle de pessoas, gerou conflitos que resultaram na transformação dessas pessoas em mercadorias com valor de troca. O controle sobre elas podem ter relação em criar um poder político e prestígio social.

*“[...] a expropriação/apropriação do trabalho só poder intensiva e generalizada quando há escassez relativa dos produtos criados, ao lado de uma demanda externa para esses produtos.”*⁵⁰

A falta de mercadorias somada a uma procura por estes produtos gerava a força de trabalho, e ainda a troca de pessoas representou todas as formas de escravidão na África, tanto domésticas como comerciais, até a segunda metade do século XIX. Ser escravo, segundo José Reis, significava não ter estabilidade na comunidade que o possuía, podendo ser vendido fora do parentesco do senhor, por diferentes questões, por conveniência material do senhor ou por desobediência do escravo, etc. São essas instabilidades que formam a primeira definição do escravo em geral, sendo também aquele que detêm o valor, caracterizando-o como uma propriedade.

O escravo quando recebia a permissão para casar, podia, normalmente, receber um pedaço de terra, mas o seu senhor tinha o direito de anular o seu casamento, além de controlar o trabalho do escravo, e este o do escravo menor, que só tornava-se adulto depois que casava.

“Mesmo após o casamento, havia comunidades que retiravam dos escravos o direito de procriação, e desta forma subtraíam-lhes a possibilidade de controlar o

⁴⁹ REIS, João José. op. cit., p. 8.

⁵⁰ Idem, p. 9.

*trabalho dos filhos. Assim, a produtividade de sua gleba era prejudicada. Por outro lado, seus filhos iriam repetir a mesma trajetória de subordinação.”*⁵¹

Com isso, José Reis mostra como a questão da reprodução e da apropriação do trabalho produtivo estão estreitamente ligadas. Ele também trata da qualidade do trabalho escravo, onde o senhor podia determinar um trabalho árduo e não digno para seu escravo, para que nem ele e ninguém de sua família ficassem com as obrigações do trabalho produtivo. Assim, percebe-se no âmbito doméstico, que a exploração do trabalho era menor e estava mais ligada ao tipo de trabalho empreendido do que a quantidade de trabalho designado ao escravo.

O autor coloca que, além do que diz respeito ao trabalho em si, a escravidão por parentesco diferenciava-se também por outros quesitos da escravidão em larga escala. Como por exemplo, na relação senhor/escravo, que eram mais íntimas, logo, o tratamento dado ao escravo dependia do temperamento do senhor.

*“Aqui o fenômeno do ‘bom’ ou ‘mau’ senhor tinha muito mais possibilidade de existir do que nos sistemas escravistas de larga escala e altamente comercializados e impessoais.”*⁵²

Neste caso, o senhor tratava o seu escravo de acordo com a sua função econômica. Mesmo que nas *plantations* o escravo tivesse mobilidade, dentro da escravidão doméstica na África ele teria maiores chances de elevação social.

Conclui-se assim que, a escravidão doméstica tinha como funcionalidade de reprodução humana para um grupo escravista ou indivíduo. Nas palavras de João José Reis:

“[...] (era importante aumentar o número de membros da linhagem através da aquisição externa e reprodução interna de escravos; estes serviam como uma medida de prestígio social e poder político, bem como mercadoria que podia ser eventualmente trocada por outra); mulheres e crianças eram preferidas em razão da lógica de

⁵¹ Ibidem.

⁵² REIS, João José. op. cit., p. 10.

reprodução e da fácil assimilação às estruturas de parentesco (desde que eram mais valiosas, elas também eram preferidas por razões estritamente econômicas).”⁵³

Com relação às formas de produção da escravidão, o autor nos mostra que na África, quando alguém era acusado de algum crime dentro de sua sociedade, essa pessoa era expulsa de seu grupo e depois vendida para outro. A existência de um indivíduo africano dependia da sua participação em um grupo de parentesco, logo, ser excluído de seu grupo significava se tornar um estrangeiro para este. *“Nessas circunstâncias, ser comprado/vendido significava a criação novos (embora subordinados) laços ou alianças com outro grupo.”⁵⁴*

Aqueles que eram livres aceitavam, de alguma forma, sem questionamento, tal ação, pois não só o modo punitivo os transformava em escravos. Havia casos onde o grupo conseguia alimento em troca de escravos, diminuindo assim, o número de pessoas para alimentar. Assim, alguns indivíduos tornavam-se escravos para conseguir a sobrevivência do seu grupo assim como a deles, dentro do outro grupo que os recebera. Aqueles que eram castigados com a escravidão podiam continuar dentro de suas comunidades.

A aquisição externa de escravos, ao contrário da aquisição interna, em situações de linhagem ou parentesco ocorria por meio da compra ou da troca, sendo o escravo uma mercadoria. Conseguir escravos por meio de ataques a vilarejos ou a sequestros individuais foram práticas menos frequentes, mas que aconteceram, principalmente com mais força, quando o escravo era usado em grande escala.

José Reis faz referência ao conceito de “produção” de escravos, mostrando que este processo tinha ligação com a questão do parentesco, ou seja, através da reprodução, produziam-se escravos, neste caso, filhos livres de mães escravas. Explicação para a preferência de escravas no continente africano, onde estas se tornavam concubinas, tendo uma função importante na estrutural social da África pré-colonial.

As mulheres e as crianças escravas eram mais caras no mercado interno africano com relação ao escravo do sexo masculino. As escravas quando concubinas, podendo tornar-se esposas legais dos senhores, se introduziam com

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Idem, p. 7.

certa facilidade na organização doméstica deles. Mesmo em casos de escravidão comercial, essas escravas e os seus filhos ganhavam a liberdade quando o senhor morria.

*“A posse da concubina dava ao proprietário direitos sobre a sua capacidade reprodutiva; e o controle sobre os filhos significava força nova para o senhor e sua casa. Esse controle sobre pessoas era exercido de acordo com normas estabelecidas de lealdade ao senhor e ao seu grupo.”*⁵⁵

Na escravidão em grande escala, a inspeção de escravos cobria altos custos com métodos mais caros. Já na escravidão doméstica as regras do parentesco era a principal forma de controle social.

Segundo José Reis, as crianças eram a segunda melhor opção dos compradores de escravos, pois estavam no início de sua criação, logo, elas se socializavam com mais facilidade e rapidamente às formas de organização de parentesco do senhor.

Em seu diário, Serpa Pinto afirma que o escravo adulto fugia, mas pretendia regressar para o seu lar, mantendo essa ideia sempre firme enquanto estivesse no continente. Logo, a criança, o adolescente e a mulher no século XIX passavam a ter um maior valor na África Austral, pois seriam garantia para o comerciante de escravos, por não se arriscarem a atravessar grandes distâncias para chegarem ao seu local de origem *“[...] e nas levas de desgraçados que infelizmente ainda arrastam os duros grilhões através do solo Africano, é raro vermos um homem feito.”*⁵⁶

Com relação à produção de escravos no continente africano, além da questão reprodutiva característica da escravidão doméstica, havia sociedades especializadas na apreensão de escravos com o principal objetivo de custeá-los. Assim, para que uma sociedade se transformasse em produtora de escravos ela passaria por significativas mudanças econômicas e políticas. Primeiramente, teria que haver uma grande diferença na distribuição de riqueza e poder, junto com a afirmação de uma classe predominante.

⁵⁵ Idem, p. 8.

⁵⁶ PINTO, de Serpa. Op. cit., p. 320.

“Teria também de possuir um estado organizado com uma burocracia e um aparato legal que irradiassem a hegemonia dos privilegiados. Seria fundamental possuir um eficiente corpo militar à disposição do Estado, condição indispensável, tanto ao controle social interno, como à produção de escravos através dos métodos convencionais da guerra de conquista. [...] sem que também existissem uma rede comercial dinâmica e um mercado para acolher e fazer circular essa mercadoria humana.”⁵⁷

Dessa forma, a produção africana de escravos estava relacionada com a demanda do tráfico transatlântico e do comércio transaariano. Além do ouro e do marfim como mercadorias principais do comércio do Saara, os escravos também foram produtos comerciais importantes, e ainda atuavam como carregadores das caravanas. A relação entre a escravidão e o comércio antes de se tornar atlântico, deu início ao uso consistente de escravos na África pré-colonial.

Segundo José Reis, a escravidão na África pré-colonial apresentou variadas formas e os escravos eram usados em várias tarefas diferentes, como: mineiros, carregadores, trabalhadores agrícolas, domésticos, artesãos e soldados.

José Reis afirma que numerosos exércitos de escravos e uma escravidão de caráter militarista eram características particulares do sistema escravista africano. Pois a produção de escravos era feita por escravos-guerreiros, logo, existia uma contradição, em que escravos eram usados para produzir escravos. Mas, esses escravos armados, mesmo devendo obediência ao chefe africano e sendo dependentes deste, eles recebiam privilégios e normalmente eram conselheiros políticos do rei.

“[...] Podiam influir nas decisões políticas, mas não podiam ser chefes políticos eles próprios. Não podiam casar, sendo assim impedidos de constituir descendência e criar linhagens que competissem com as atenções devidas à casa real.”⁵⁸

Esse tipo de escravismo era visto na região de Segou, como mostra o autor, mas também expõe que era típico de outros estados na África. Com isso, a produção de escravos estimulou a criação de estados fortemente militarizados, além de transformar pequenas sociedades pacíficas em grandes espaços de busca a escravos.

⁵⁷ REIS, João. Op. cit., p. 11.

⁵⁸ Idem, p. 13.

Reis menciona que a escravidão africana estabeleceu sua produção através da dominação de sociedades igualitárias e com formas de produção limitadas. Além disso, a procura dos mercados escravos das Américas e do Mediterrâneo aumentou a produção de escravos no continente africano, atingindo o seu auge com a afirmação do comércio atlântico. Dessa maneira, a criação de estados produtores de escravos ocorreu menos pelo comércio interior através das caravanas e mais pela demanda do tráfico atlântico.

“De qualquer maneira, o desenvolvimento da escravidão na África após o século XVI esteve profundamente condicionado pelo envolvimento da região na lógica de expansão da economia mercantil mundial.”⁵⁹

De acordo com o mesmo autor, o aumento da escravidão comercial tornou-se evidente no final do século XVIII e no início do século XIX, com o crescimento de estados com fortes relações com o tráfico atlântico. Ao longo dos anos, uma escravidão voltada para a *plantation* passou a se estabelecer com mais força. Com as novas características do capitalismo, voltando-se para as indústrias, as suas necessidades modificaram-se. Na Europa, os seus maquinários precisavam de matérias-primas e os seus proletários deveriam consumir com preços baixos. Assim sendo, os europeus no século XIX, procuravam por um “comércio legítimo” de produtos tropicais para serem trocados pelos industrializados e, com isso, o tráfico de escravos passava a não ser mais o principal motivo de enriquecimento, e a escravidão de *plantation* cresceu para o interior da África. As grandes plantações do continente eram parecidas com os engenhos das Américas, como denota José Reis. Normalmente, nestas plantações, o trabalho escravo era bastante supervisionado e disciplinado, e os cativos eram comandados por feitores.

José Reis trata também das resistências escravas, sendo estas mais individuais e cotidianas, e reveladas de diferentes maneiras. Em sociedades muçulmanas, quando o escravo via-se insatisfeito com seu senhor, ele podia escolher outro arrancando a sua orelha ou cortando a orelha de seu cavalo. E pelos costumes, o senhor escolhido tinha que respeitar a escolha do escravo. Outra

⁵⁹ Idem, p. 14.

forma de resistência notada era a fuga individual. Já a fuga coletiva e as revoltas escravas eram menos comuns, explicadas da seguinte maneira por Reis:

*“[...] como na maioria dos lugares, os escravos vinham de grupos étnico-culturais diferentes e desta forma não partilhavam dos mesmos valores, dificultando os laços de solidariedade entre eles. Além disso, já que a segunda geração de escravos era livre, os escravos não desenvolviam uma consciência histórica de continuidade social e solidariedade de classe. [...] Os privilégios dados a algumas categorias de escravos [...] e sua integração à casa do senhor eram mecanismos seletivos de mobilidade social que colocavam os escravos uns contra os outros.”*⁶⁰

As revoltas aconteciam com mais frequência quando os grupos dirigentes estavam em desacordo por algum motivo ou por causa das pressões abolicionistas vindas da Europa. Percebe-se, como aponta o historiador José Curto⁶¹, que as resistências à escravidão não começaram no Novo Mundo, mas no continente africano, *“dando assim início a um processo histórico que transcendeu as partes constituintes do mundo atlântico.”*⁶²

Conclui-se que na África pré-colonial existiam dois tipos diferentes de escravidão, a chamada doméstica ou de linhagem, onde os escravos tinham função reprodutiva e significavam usos distintos dados a eles pelos senhores; e a escravidão ampliada, de larga escala, denominada como escravismo, em que o escravo foi utilizado na produção comercial em condições parecidas dos cativos das Américas. Essas diferenciações eram parte da definição do modelo africano.

2.2. As transformações na escravidão em Angola no século XIX

Entre 1820 e 1830 os movimentos políticos portugueses no que se referia à África eram característicos de uma relação entre o pensamento colonialista e um discurso abolicionista. Um projeto de lei proposto em 1826 para a colonização da África, demonstra bem essa questão conforme o trecho a seguir:

⁶⁰ Op. cit., p. 15.

⁶¹ CURTO, José. Op. cit, p. 67-86.

⁶² Idem, p. 68.

“[...]incentivos, abatimentos e isenções fiscais quanto ao comércio de produtos do reino em direção às colônias africanas (artigos 1, 2, 3 e 4), a inexistência de um exclusivo colonial quanto aos portos de comércio, (artigo5), o envio de missões de exploração e evangelização (artigos 14 e 15), e, na política de fomento ao trabalho livre, a condecoração com hábitos das ordens militares aos cidadãos portugueses que não utilizassem trabalho escravizado em seus empreendimentos nos territórios africanos (artigo 12).”⁶³

Percebem-se as propostas para acabar não só com as formas administrativas antigas do governo português, como também com o trabalho escravo, sendo este visto como um impasse para uma maior produção em larga escala.

Com o fim do tráfico de escravos, considerado pelos europeus desde 1830, o número populacional aumentou significativamente em Angola entre 1845 e 1850, acarretando um maior número de cativos e pretos/mulatos livres. Porém, na prática, o comércio de escravos continuava, com a chegada de grande quantidade de cativos por ano em Luanda, trazidos pelas caravanas do interior, para serem encaminhados para os pontos de embarque “ilegais”.⁶⁴

O projeto abolicionista acarretou a promulgação do decreto do fim do tráfico por Portugal, em 10 de dezembro de 1836, pois se entendia que a colonização dos territórios na África e o controle do comércio de seus produtos eram dependentes

“[...] desta ‘lei capital, base da civilização e da prosperidade dos povos africanos’, pois sem ela - em uma intencional africanização do tráfico atlântico – ‘inútil seria legislar, porque uma parte daqueles para quem são destinadas as leis, ou seriam arrebatados para além do mar, ou eles mesmos continuariam a ocupar-se do tráfico e nas guerras intestinas [...]’”⁶⁵

De acordo com a historiadora Elaine Ribeiro havia uma grande diferença entre acabar com o tráfico de escravos e pôr fim definitivamente à escravidão no

⁶³ RIBEIRO, Elaine. Op. cit., p. 40-41.

⁶⁴ FERREIRA, Roquinaldo. Op. cit., p. 10

⁶⁵ RIBEIRO, Elaine. Op. cit., p.42.

continente africano.⁶⁶ Argumento também colocado pelo historiador Roquinaldo Ferreira. A abolição da escravidão foi acontecendo gradativamente, e não de maneira imediata junto com o fim do tráfico de escravos. O tema sobre a abolição da escravidão amedrontava os governantes portugueses a partir dos primeiros debates sobre o fim do tráfico atlântico. Neste caso, o decreto de 1836 não foi totalmente respeitado, sendo ainda visível o tráfico de escravos tanto no interior quanto na costa africana. Segundo Roquinaldo, vários tratados foram decretados por Portugal contra a escravidão e o recrutamento ao trabalho forçado entre 1830 e 1850.

“Embora a abolição do tráfico tenha sido vista como vital para manter a soberania portuguesa sobre as colônias africanas, Portugal só conseguiu agir efetivamente contra o tráfico a partir de 1841.”⁶⁷

No diário da expedição, Serpa Pinto faz referência à lei do fim do tráfico, afirmando que Portugal, Inglaterra e França desempenharam esforços contra o tráfico negreiro e que mudanças nos antigos costumes das Américas fizeram com que o comércio negreiro diminuísse e se transformasse, sobretudo, na África Austral. Segundo Serpa Pinto, não foi nesse momento, dentro do continente africano, que o escravo deixou de existir. E que a regra que predominava na América, de colonização através do trabalho escravo, também existia e ainda continuaria existindo na África.

“Os governos pretos também tem a sua política colonizadora, e entre eles e os lugares de procedência do escravo, falta-nos um Oceano, onde possamos fazer singrar as nossas esquadras, e proteger os mesquinhos com as nossas baterias de aço. Só os princípios civilizadores puderam fazer cessar um dia a escravidão; mas infelizmente esse dia está longe, porque os argumentos de que se servem esses princípios, são menos eloquentes e menos enérgicos do que os projeteis cilindrocónicos o foram no Atlântico e no Índico.”⁶⁸

⁶⁶ SANTOS, Elaine op. cit. 42.

⁶⁷ FERREIRA, Roquinaldo. op. cit., p. 13.

⁶⁸ PINTO, Alexandre de Serpa. op. cit., p. 320-321.

Serpa Pinto relata que num almoço entre ele, Capelo, Ivens, Avelino Fernandes e Stanley, este último também um viajante-explorador americano, conversaram a respeito da escravidão destacando, sobretudo ao americano, “*o espírito das leis portuguesas sobre o infame tráfico; notando-lhe a falsidade de asserções de estrangeiros à nosso respeito; e a impossibilidade de fazer então escravos onde o Governo tinha força.*”⁶⁹

Como já mencionado, é importante lembrar que, nesse momento, a Europa, sobretudo a Grã-Bretanha, se encontrava num contexto de forte campanha política contra a escravidão, em sequência às leis de fim do tráfico negreiro. Logo, muitos viajantes aproveitavam os seus relatos para fazer propaganda contra a escravidão. Entretanto, o governo português era, muitas vezes, acusado de não coibir o comércio de escravos e a escravidão em terras africanas sob sua jurisdição. Nota-se, neste trecho citado, que Serpa Pinto constrói um discurso em defesa do governo português, destacando que também eram contra a escravidão.

Em 1842, Portugal assinou com a Inglaterra um tratado determinando a apreensão de todos os navios portugueses que fossem suspeitos de tráfico, e ainda criou-se uma comissão em Luanda para julgar esses casos e regulamentar os deveres e direitos dos escravos que fossem resgatados.

Estes “resgatados” por mar eram entregues para proprietários de terras voltadas para exportação ou para empresários manufatureiros presentes na África, trabalhando segundo uma política do aprendizado, na justificativa de aplacar a transição do trabalho escravo para o livre, em que sob a proteção e auxílio do senhor, haveria novas formas de relacionamento que reconstruiriam a cultura do trabalho.

Esses escravos que eram libertados também podiam ser mandados para as propriedades de café e cacau em São Tomé e Príncipe. Com isso, o constante fluxo no transporte desses trabalhadores entre o litoral de Angola e as ilhas do Atlântico, fez com que as medidas de tal prática fossem intensificadas. Essas medidas para os trabalhadores resgatados africanos se resumiam em:

“[...] obrigação de servirem por mais sete anos e de maneira gratuita aos seus senhores, observando-se que no caso dos menos de 13 anos esta situação deveria perdurar até atingirem a idade de 20 anos (artigo 10). Sobre os deveres dos patrões, a

⁶⁹ Idem, p. 44.

*obrigatoriedade da entrega da carta de alforria aos seus trabalhadores, após serem batizados (artigo 1) e a responsabilidade por sua alimentação, vestuário, instrução religiosa, vacinação e assistência médica (artigo 15), sob pena dos novos empregadores obterem sua liberdade (artigo 13). Para fiscalizar o cumprimento dos deveres e dos direitos de ambas as partes foi criada a Junta da Superintendência dos Libertos com sede em São Tomé (artigos 3 e 4).”*⁷⁰

Serpa Pinto, ao comentar novamente sobre a ação das leis referentes ao fim do tráfico negreiro, confirmava que navios portugueses e ingleses ao cruzarem os oceanos Índico e Atlântico, impediam a exportação de escravos, tornando-se a escravidão uma prática de troca voltada mais para o interior da África, onde seu sistema acabava sofrendo também com essas mudanças.⁷¹

Com relação aos escravos transportados no interior das regiões do continente africano controladas por portugueses, Portugal elaborou um decreto em 1854, que regulamentava os direitos e deveres dos escravos resgatados também por terra. Mesmo sendo declarados livres, assim que eram “resgatados” ainda tinham que trabalhar para seus senhores por dez anos. Os senhores tinham que registrar esses escravos, caso contrário seriam declarados libertos. E eram tidos como livres aqueles escravos que fossem propriedade do Estado, com a obrigação de servir por mais sete anos (artigo 6).⁷²

Roquinaldo Ferreira também menciona essa lei de 1854, afirmando que a partir dela foi criada uma categoria entre o homem livre e o escravo, sendo esta categoria a de liberto. “*Ao liberto, cabia trabalhar para os antigos senhores durante 10 anos, a fim de ressarcir-los. Mas não houve como levar a termo a legislação de 1854.*”⁷³

Este mesmo decreto de 1854 também instituiu a indenização por dinheiro aos senhores de escravos quando compravam a alforria ou quando o prazo colocado em lei para o trabalho do ex-escravo fosse suprimido, caso estes se formassem em alguma universidade ou se tornassem clérigos, professores, negociantes, oficiais do exército ou da armada, negociantes, administradores rurais ou urbanos, funcionários públicos, e outros.

⁷⁰ SANTOS, Elaine R. Silva. Op. cit., p. 47.

⁷¹ PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit., p. 320.

⁷² SANTOS, Elaine R. Silva. Op. cit., p. 47.

⁷³ Ferreira, Roquinaldo. Op. cit. p. 17.

Além destes decretos, outro datado de 1856, mostrou o caráter gradual do processo de abolição da escravidão, sendo como uma “lei do ventre livre portuguesa”, garantindo que os filhos de negras escravas nascessem livres, mas tendo que trabalhar, obrigatoriamente, para os senhores das suas mães até os 20 anos de idade. Para o ministro português Sá da Bandeira, esta lei foi uma maneira de impulsionar o costume do trabalho entre os africanos, pois acreditava na imoralidade natural deles. Assim, para ele, os filhos livres ao trabalharem junto com suas mães até completarem 20 anos, já estariam familiarizados com o trabalho quando se tornassem totalmente livres.

Com relação especificamente ao trabalho dos carregadores, objeto de estudo dessa monografia, em 1839 um decreto impediu o trabalho forçado de carregadores, mas apenas em 1856, Portugal acabou definitivamente com o trabalho gratuito destes. Decisão esta delicada, pois o comércio realizado entre Luanda e os sertões de Angola era dependente do trabalho destes carregadores que eram recrutados pelas chefias africanas. Essa decisão prejudicava os negociantes de Luanda por dependerem dos carregadores para o transporte de produtos para o interior.⁷⁴

Outra resolução tomada pelo governo português foi o decreto de 29 de abril de 1858, pelo qual Sá da Bandeira, determinou o prazo de 20 anos para o total fim da escravidão nos territórios coloniais portugueses na África, ocorrendo, então, em 29 de abril de 1878.⁷⁵

No final dos anos 1860, mais um decreto foi estabelecido, declarando para todos os escravos do Estado o estatuto civil de libertos.

“Por esta determinação, [...] as relações trabalhistas ainda obrigatórias daqueles libertos a partir de então deveriam ser regidas pelas disposições do decreto de 1854 até a supressão total da escravidão, em 1878.”⁷⁶

Com isso, tornou-se comum a contratação dos serviços de trabalhadores africanos a partir dessas novas relações de trabalho. Entretanto, uma nova lei, datada de 1875, acabou com esse regulamento do trabalho exercido pelos libertos, declarando que todos escravos e libertos seriam livres, mas ainda sob

⁷⁴ FERREIRA, Roquinaldo. Op. cit., p. 16.

⁷⁵ SANTOS, Elaine R. Silva. Op. cit., p. 48.

⁷⁶ Ibidem.

auxílio do Estado e com a obrigação de trabalhar para seus senhores até 1878. A partir desta lei, os trabalhadores centro-africanos passaram a ser chamados de serviçais.

Em novembro de 1878, um regulamento foi decretado depois da abolição total da escravidão, terminando com a tutela do Estado sob os trabalhadores (serviçais). Nestas medidas estatais outras questões também foram colocadas, como as condições de transporte dos trabalhadores e da fiscalização policial sobre eles. Porém, neste regulamento, os trabalhadores africanos ainda de certa forma, eram controlados pelo Estado português, pois eram vistos como incapazes de provarem sozinhos os seus direitos como homens livres, havendo ainda uma dependência, uma proteção do trabalhador para com seu senhor através dessa “liberdade contratual” em favor da colonização.

“Em geral, este é o caso da legislação abolicionista portuguesa discutida até agora. Do ponto de vista dos estadistas, a preocupação com o controle da força de trabalho junto à administração colonial dos territórios africanos fez com que a percepção da realidade se tornasse turva ao ponto de não aceitar enxergar o plano das ações e interesses, sobretudo, dos trabalhadores.”⁷⁷

Em 1899, promulgou-se o regulamento do “Trabalho Indígena”, enrijecendo o controle sobre o trabalhador africano, sendo a total revelação do propósito colonial naquele século. Segundo Elaine Ribeiro, o próprio termo indígena já demonstrava a convicção por parte das autoridades coloniais de que os africanos não eram capacitados moral e intelectualmente para se auto-regularem. Sob a proteção do senhor tornariam-se colaboradores para uma maior e profunda exploração de suas terras, sendo este o princípio fundador da ideologia colonial, presumindo o colonizador português como “bom”, que iria promover a civilização através da coerção sobre o trabalhador africano.⁷⁸

É possível observar que, no seu diário, Serpa Pinto usa normalmente o termo “indígena” para se referir ao africano, mostrando uma linguagem de caráter colonialista, escrevendo, por exemplo, que os “chefes indígenas” eram muito desconfiados.

⁷⁷ Idem, p. 51.

⁷⁸ Idem, p. 52.

Pode-se concluir, então, que a escravidão no continente africano foi uma instituição praticada antes mesmo da sua colonização efetiva, caracterizada por linhagem e também em grande escala por meio do comércio, sobretudo atlântico. Ao longo do século XIX, a escravidão na África sofreu muitas mudanças com as diversas leis de caráter abolicionista impostas por Portugal em seus domínios africanos, desde o fim do tráfico de escravos, perpassando pelo fim do recrutamento forçado de trabalhadores, e criando-se, assim, uma nova categoria social, a de liberto, mas com as condições de trabalho, sobretudo, dentro das caravanas e das expedições comerciais no interior da África, ainda muito semelhantes à escravidão.

Capítulo 3 – Os carregadores na expedição de Serpa Pinto

3.1 Resistências dos trabalhadores africanos: dificuldade de recrutamento e fugas

Diante do contexto histórico, apresentado no capítulo anterior, relacionado às leis e condições do trabalho em Angola entre 1854 e 1879, é possível perceber, por meio do relato de Alexandre de Serpa Pinto, como a escravidão realmente continuava na prática, pois quando esteve em Luanda, no início de sua viagem, à procura de carregadores, informaram-lhe que a melhor maneira de consegui-los seria pelo resgate de escravos para assim os contratar como carregadores. Ideia que foi descartada por Serpa Pinto, pois afirmava não saber se mesmo depois que os libertassem, os carregadores continuariam trabalhando para ele sendo livres. Serpa Pinto escreveu: *“Repugnou-me a ideia de comprar homens, embora fosse para os libertar em seguida. E depois, quem sabe se eles quereriam me acompanhar sendo livres?”*⁷⁹

O viajante também conta que no comércio sertanejo da região de Caquingue, o principal artigo do comércio era o escravo, onde nos caminhos trocavam por bois, e estes por cera, marfim e fazendas.

*“Em suma, durante grande parte do século XIX, a escravização e o recrutamento forçado, como processos violentos que caminharam pari passu, obrigaram as autoridades portuguesas, devido às pressões da era abolicionista, a repensarem o estatuto do trabalho em África, no que concerne à busca de novas formas de submetê-lo.”*⁸⁰

Outro momento relatado por Serpa Pinto demonstra como a escravidão ainda era comum na África. Quando esteve na margem do rio Cuanza, conta que o seu pombeiro⁸¹ Biheno tinha escravos acorrentados em sua barraca.

⁷⁹ PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit. p. 40.

⁸⁰ SANTOS, Elaine R. Silva. Op. cit. p. 21.

⁸¹ De acordo com Serpa Pinto, pombeiro seria o nome dado ao chefe do grupo de carregadores.

*“No meu acampamento! onde tremulava a bandeira Portuguesa, acorrentava-se uma leva de escravos! Continuei a fazer um grande esforço para me conter, e disse ao pombeiro, que fosse soltar todos aqueles desgraçados e mos trouxesse livres. Ele negou-se a fazê-lo, e respondeu-me com uma gargalhada de riso alvar. Perdi então a paciência, e a raiva contida a custo transbordou violenta.”*⁸²

Serpa Pinto ordenou que todos os escravos fossem soltos, dizendo que podiam ir para onde bem entendessem, pois o viajante havia prendido os guardas da leva de escravos para que estes não os alcançassem. E só quando a expedição deixou o acampamento, Serpa Pinto liberou os guardas. Serpa Pinto conta que muitos desses escravos eram levados das suas povoações desde pequenos e, conseqüentemente, não lembravam o seu local de origem nem a sua língua materna.

Para analisar esse aspecto é de grande contribuição o trabalho da historiadora Elaine Ribeiro. Pensando sobre as identidades históricas através de um olhar menos elitista, a autora apresentou um estudo sobre os trabalhadores da África centro-ocidental da segunda metade do século XIX, com a intenção de fazer notar, através de crenças, práticas e valores, a atuação do dia-a-dia de homens excluídos das decisões de poder, mas que durante muito tempo, tiveram um importante desempenho nas complexidades da história da África.⁸³

Ela afirma que, desde o século XVI, com os primeiros acordos entre portugueses e africanos do litoral de Angola, as elites africanas estabeleceram tratados de vassalagem com os europeus. Estes tratados para os portugueses significavam a dominação sobre os territórios e as populações locais, ao passo que para os chefes africanos, os juramentos feitos para as autoridades portuguesas de Luanda significavam o reconhecimento do seu poder, representando uma aliança contra ameaças internas ou externas às seus cargos de governantes. A autora menciona a historiadora Isabel de Castro Henriques⁸⁴, que destacou a autonomia e a mobilidade africanas diante das necessidades europeias. Sendo, segundo a autora, um esforço empreendido pelas sociedades centro-africanas de encontrar os

⁸² PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit., p. 250.

⁸³ SANTOS, Elaine R. Silva. Op. cit..

⁸⁴ HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no século XIX*. Lisboa, IICT, 1997, p. 16-17.

meios para resolver os problemas e de se organizar em prol das relações atlânticas. *“Na complexidade histórica, esta disposição significou um processo de transformação das estruturas sociais e de reorganização política e econômica dos territórios africanos, inclusa a reformulação das regras de produção e trabalho.”*⁸⁵

Grupos sociais engajados no tráfico de escravos da costa para o interior das regiões angolanas influenciaram nas mudanças sociais das regiões de onde vieram. Nos primeiros acordos de vassalagem entre sobas e autoridades portuguesas no século XVI, esses governantes africanos tinham a obrigação de fornecer mão de obra para preencher os serviços de carregamento de produtos que eram comercializados de um canto a outro do território.

Elaine Ribeiro afirma que, desde o século XVII, governadores de Luanda receberam ordens para acabar com o trabalho de transporte gratuito dado pelos carregadores aos comerciantes. Isto não significava que as autoridades portuguesas estavam sendo caridosas para com esses trabalhadores africanos, mas essas ações teriam o objetivo de inibir as fraudes cometidas pelos capitães-mores, fazendo com que o fornecimento de mão de obra fosse controlado apenas pela administração portuguesa, já que estes carregadores eram importantes no momento do tráfico, carregando gêneros necessários para conseguir escravos.

Os recrutamentos forçados e violentos dos carregadores consequentemente provocavam altas desistências e o despovoamento de regiões.

*“[...] em um ofício de 30 de julho de 1767, o governador-geral Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho alegava a importância de ‘de se colocar um ponto final no abuso infame e injusto de fazer trabalhar os negros sem pagamento, o que destrói províncias inteiras’”*⁸⁶

No início do século XIX, ainda também existiam relatos de recrutamento violento, onde negros eram espancados e fugiam, desaparecendo e dificultando assim o encontro de carregadores para manter o tráfico. Por consequência dessas fugas, muitos carregadores eram mantidos presos assim como os escravos e, em seguida, eram dados aos comerciantes pelos capitães-mores. Com isso, o ministro

⁸⁵ SANTOS, Elaine R. Silva. Op. cit., p. 14.

⁸⁶ Idem, p 19.

português Sá da Bandeira, em 1839, acabou decretando o fim do trabalho obrigatório de carregadores, ação esta não bem recebida pelos comerciantes de Luanda, mas que foi promulgada pelas autoridades portuguesas.

Mas, com o crescimento das propriedades tipo *plantation* nas regiões de Angola, que eram voltadas para a exportação de produtos locais, somado com a questão do fim do tráfico de escravos no Atlântico, a situação ficou mais complicada, pois o recrutamento forçado de trabalhadores centro-africanos aumentou.

Elaine Ribeiro enfatiza que o decreto de 1836, que promovia a abolição da escravidão em Angola, e outros decretos que propunham acabar com o recrutamento forçado de trabalhadores, em 1839 e 1856, falharam. Ainda era possível observar escravos que vinham do interior e também aqueles convocados nas proximidades das regiões costeiras, sendo levados para regiões como Cazengo, por exemplo, para produzirem obrigatoriamente as matérias-primas e depois transportá-las até os portos da costa.

Segundo a autora, uma marca das intenções do colonialismo português foram as medidas restritivas determinadas por algumas autoridades portuguesas e o modo violento do recrutamento dos carregadores nas sociedades africanas que se mantiveram em Angola.

As expedições europeias do final do século XIX mobilizaram grande vigor africano, pois tudo relacionado às viagens atrairia os trabalhos e o conhecimento dos africanos no interior do continente. Para os percursos que seriam empreendidos pelos viajantes europeus, estes necessitavam das informações das populações locais, assim como para as caminhadas por terra e as travessias de rios, precisavam de carregadores e canoeiros, respectivamente, tanto para o transporte dos viajantes quanto para levar as cargas. Nota-se, assim, a dependência desses viajantes em relação aos africanos que, muitas vezes, também serviam de intérpretes. Mas essa dependência acabou acarretando em frequentes momentos de tensão e de resistência. Existia um sentimento de incerteza dos dois lados. Muitas vezes grupos de carregadores desistiam de seguir viagem e acabavam tendo que ser substituídos. Muitos se negavam de continuar, na tentativa de conseguir melhores remunerações ou condições de trabalho, assim como poderia acontecer desses carregadores não serem pagos pelos chefes das comitivas como prometido. Serpa Pinto sofreu com a fuga de quatro carregadores

de novo Redondo e cinco de Benguela e, posteriormente, com a fuga de mais carregadores dias antes de continuar seguindo viagem.

“Soube então, que na tarde da véspera, tinha andado o preto Muene-hombo de Silva Porto⁸⁷, com uns pretos desconhecidos, dizendo aos Bihenos, que eu os queria levar para o mar, e que aqueles que fossem comigo não voltariam mais, porque eu os venderia. O preto Muene-hombo fugira com os Bihenos, e dele não havia mais notícia.”⁸⁸

Diante da impaciência de alguns carregadores com a demora da expedição na região do Dombe, acarretando em discussões e exigências por parte destes, Serpa Pinto evitou ser muito severo por medo de acabarem desistindo de seguir viagem, prejudicando a viagem. Nota-se com essa questão a relação de dependência do viajante europeu com o africano.

Para se entender a violência empreendida no controle da força de trabalho africana, é preciso pensar a resistência diária diante das imposições das autoridades coloniais portuguesas e dos chefes africanos. Resistência essa talvez relacionada à dificuldade de Serpa Pinto em encontrar carregadores em um primeiro momento. Elaine Ribeiro mostra a relação que existia entre a habilidade que os carregadores tinham de permutar e as suas formações sociais, suas pretensões e seus modos de vida.

Segundo Elaine Ribeiro, o carregador é uma denominação que poderia incluir qualquer camada social da população negra da África centro-ocidental, *“[...] que ‘não passava de uma reserva de mão de obra’, entre a qual não se distinguia nenhuma categoria social, reconhecendo-se somente os patrões, isto é, ‘os chefes linhageiros das aldeias, responsáveis pelo fornecimento aos agentes coloniais, a seu pedido, daqueles carregadores.”⁸⁹*

Havia carregadores que eram pequenos produtores que acudiam as caravanas comerciais ou as expedições europeias, como forma de trabalho temporário para complementarem a sua renda e também para realizarem pequenas trocas de gêneros que lhes fossem necessários.

⁸⁷ Antônio da Silva Porto (1817-1890) foi um comerciante e explorador português de grande destaque na África, um dos primeiros comerciantes a se estabelecer no sertão de Angola e no Bié, por volta de 1853-1854.

⁸⁸ PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit., p. 232.

⁸⁹ DIAS, Jill. In: *Nova História da Expansão Portuguesa*. O império africano 1825-1890. Lisboa: Editorial Estampa, v.X, 1998, p.357. Apud, RIBEIRO, Elaine. Op. Cit., p. 25.

Serpa Pinto, em seu relato, diz que os carregadores, de uma maneira geral, formavam grupos pequenos sob o comando de um chefe. Da costa até Caquingue, este chefe se chamava quissongo, e em Bihé, pombeiro. São estes pombeiros que ofereciam carregadores, levando com eles 10 ou mais carregadores. Alguns grupos eram menores e com diferente formação social. Alguns grupos eram formados por parentes que escolhiam um pra ser pombeiro, sendo todos livres. Outros já eram constituídos por homens livres, que combinavam de viajar sob o comando e as ordens de um pombeiro ao qual depositavam certa confiança. Outros eram grupos de escravos do pombeiro que os comandavam. Os pombeiros tinham a obrigação de vigiar com seus carregadores e responder por eles perante o chefe da expedição. Comia e dormia junto com eles. O pombeiro não carregava as cargas, mas caso algum dos seus carregadores ficasse doente ou morresse, ele o substituiria por um tempo. Durante a caminhada, ele ficava no final da comitiva, e se algum carregador ficasse para trás, ele o espera para seguirem todos juntos.

Serpa Pinto relata como alguns grupos de carregadores exigiam o pagamento adiantado. Por causa de experiências anteriores, o viajante passou a não pagar mais com antecedência, pois mesmo pagando, carregadores ainda fugiam ou desistiam de seguir com a expedição. Assim, pagava-os quando chegavam ao destino combinado. Por exemplo, ao chegar no Sambo, Serpa Pinto pagou e dispensou os carregadores do Quimbungo. Também conta como os salários desses carregadores eram muito pequenos em viagens do tráfico:

“Assim, um carregador, para ir do Bihé à Garanganja (Luapula), recebe 12 panos ou valor de 2400 réis, e na volta uma ponta de marfim escravelho, talvez de 4000 réis, ao tudo 6400 réis, comida à parte, porque o chefe da comitiva tem obrigação de sustentar toda a sua gente durante a viagem, exceto nos primeiros três dias de saída do Bihé, para os quais cada um leva de comer.”⁹⁰

Nota-se também, no relato de Serpa Pinto, os pedidos de “presentes” feitos pelos chefes africanos, que seriam pagamentos em troca de serviços concedidos aos viajantes, como, por exemplo, um lugar para se recolher nos acampamentos, guias cedidos para seguirem em caminhos mais difíceis, canoas para atravessarem

⁹⁰ PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit., p. 193.

os rios, carregadores, alimentação, etc. A maioria de viajantes europeus reclamava desses “presentes”, acusando os chefes de extorsão.

No caso do chefe de Dumbo, por exemplo, Serpa Pinto recusou lhe dar água-ardente, pois o chefe africano não tinha dado comida nem para ele e nem para seus homens. Já na região do Bihé, o viajante relata que existiam apenas duas maneiras de conseguir carregadores, dando presentes aos chefes ou esperar alguém se oferecer para a função. Para Serpa Pinto, a primeira forma não seria a melhor opção, pois, além dos gastos com os presentes o viajante seria o responsável pela vida dos trabalhadores, devendo satisfação a sua família ou aos seus chefes. Já a segunda forma seria melhor, pois aqueles que se ofereciam para o trabalho eram livres, logo, iriam pela sua própria vontade e, caso morressem durante a viagem, o viajante não teria nenhuma responsabilidade.

A autora cita Antônio Saldanha da Gama, que foi administrador colonial português, pois ele através de seu inventário igualou o recrutamento forçado de trabalhadores em regiões de Angola, com o tráfico atlântico de escravos, como forma de expor as consequências daquele para agricultura de Angola. Saldanha da Gama, explica que os sobas⁹¹ eram obrigados a fornecer os carregadores, em que estes recebiam pequenas retribuições, podendo esperar anos para as conseguir, até terminar as negociações. Esse fator, somado ao trabalho árduo e as suas péssimas condições, explicam porque muitos desses trabalhadores fugiam antes mesmo de serem convocados ou durante as jornadas das caravanas. Como o número de carregadores era enorme, com as fugas, a população diminuía, e os altos impostos cobrados aos que permaneciam eram cada vez mais pesados, e também, conseqüentemente, a agricultura não dispunha de trabalhadores por um bom tempo ou definitivamente. Notamos no relato de Serpa Pinto que alguns sobas lhe ofereceram carregadores e alimentação, mas em troca também de outros gêneros dados pelo viajante português.

Elaine Ribeiro menciona que o fim do trabalho compulsório de carregadores foi concretizado em dois momentos. A primeira vez foi em 31 de janeiro de 1839, sendo cancelada em 1840, a segunda aconteceu definitivamente em 3 de novembro de 1856. Houve fortes resistências de autoridades portuguesas e comerciantes em Angola e também em Lisboa.

⁹¹ Como eram denominados alguns chefes nessa região da África Centro-Ocidental.

O grande deslocamento da população para outras regiões foi consequência da violência empreendida aos carregadores, semelhante àquela praticada aos escravos das caravanas que proviam o tráfico atlântico, como demonstra Sá da Bandeira em seu escrito *“O trabalho rural africano e a administração colonial”*:

*“[...] os pretos carregadores, a quem os negociantes obrigavam a longas marchas, carregados com grandes pesos e a penosos trabalhos, e de ordinario sem remuneração alguma, e a ficarem frequentemente muitos mezes seguidos ausentes de suas famílias, levando-os ás vezes até Cassange presos, com correntes ao pescoço, e fazendo-lhes outros ultrajes, de que muitas vezes se lhes originava a morte [...]”*⁹²

Em um momento de sua viagem, Serpa Pinto observou um local formado por vestígios e ruínas, concluindo que ali concentrava-se antes grande população, e que a atual falta dela poderia ser devido à prática escravista, havendo possivelmente esse deslocamento da população para outro lugar.

Elaine Ribeiro comenta sobre as observações feitas em documentação portuguesa, notando a violência envolvida no trabalho dos carregadores das regiões do rio Kwanza. Menciona o relato de viagem de Manoel Alves de Castro Francina, funcionário judiciário da administração de Angola, no qual narra como obtinha carregadores. O chefe do distrito recebia ordem do governo de Luanda ou em casos de pedido de comerciantes para conseguir carregadores para o trabalho de transporte de mercadorias, assim, o chefe os levava até um intermediário para tratar com os sobas. Logo depois de pagar a taxa em gêneros alimentícios para a sobrevivência do agente no período de obtenção de trabalhadores, os sobas voltavam as ordens para os “chefes dos fogos”, sendo os “patrões” nos fornecimentos portugueses.

A autora também menciona sobre os relatos de acusação em fontes documentais, relacionados às práticas de coação e corrupção pelos responsáveis pelo recrutamento de carregadores. Notou-se uma resistência ao recrutamento forçado de carregadores não só pelas camadas populares, mas também pelos sobas ou chefes de fogos, essencialmente por aqueles que detinham pouca riqueza, não tendo condições de pagar o “passule” (imposto). No dia de pagamento, que

⁹² BANDEIRA, Marquês de Sá da. *O trabalho africano e a administração colonial*, Apud, RIBEIRO, Elaine, op. cit., p. 62-63.

implicava também no auxílio dos filhos destes chefes no carregamento da região, muitos fugiam para o interior das matas. Uma forma de reprimir essas resistências foi através da prisão. A demora muitas vezes empreendida no processo de obtenção de trabalhadores, também pode ser entendida como uma forma de resistência, segundo Elaine Ribeiro, pois muitas camadas da população dos sobados estavam cientes da não obrigação ao trabalho como carregador. Percebe-se, assim, a repugnância dos africanos ao trabalho forçado.

Perante o recrutamento forçado e violento, verificou-se uma insatisfação que o trabalho de carregador acarretava, por isso, Sá da Bandeira passou a reconhecer o trabalho africano.

Em seu quarto capítulo, Elaine Ribeiro analisa as resistências dos trabalhadores libertos em Angola devido à persistência em manter-se o trabalho forçado e a escravidão.

A autora menciona que, com o fechamento dos portos brasileiros para a entrada de escravos africanos, o trabalho obrigatório em Angola tornou-se frequente, havendo um aumento de trabalhadores na categoria de liberto, dependendo das necessidades econômicas de cada época e local. Segundo o historiador Roquinaldo Ferreira, até a década 1850, o maior número desses trabalhadores estava localizado entre Luanda e Benguela, e mais tarde, nas regiões localizadas ao norte.

“[...] mesmo com toda a demanda conjuntural, as regiões ao longo do corredor do rio Kwanza, desde o litoral luandense até Golungo Alto, continuaram, por todo o período, a concentrar a maior parte dos libertos: nos anos de 1859 a 1863, os números destes trabalhadores passaram de 2328 para 6781, em Luanda, e de 9483 para 21182, em Golungo Alto. Tal expansão refletiu o alto número de carregadores empregados no transporte de mercadorias nas rotas de comércio do litoral com os sertões, além das frentes de trabalho nas plantatios de café e de cana-de-açúcar na região do Cazengo.”⁹³

Assim como os chefes africanos fornecedores de carregadores, os comerciantes e administradores portugueses necessitavam dos trabalhadores, onde estes eram fortes opositores do processo de recrutamento, e entre os motivos estavam a violência, o desvio dos obtidos do trabalho nas plantações e de suas famílias, e as concorrências de poder dentro dos sobados. Mesmo grande parte dos

⁹³ RIBEIRO, Elaine. Op. cit., p. 148.

governantes africanos terem se posicionado contra o recrutamento forçado de carregadores, alguns deles aprovavam que os chefes de fogos pagassem para não serem mais obrigados a fornecer carregadores, enquanto outros aceitavam o pedido de carregadores por parte de comerciantes ou funcionários portugueses como forma destes chefes africanos dispensarem pessoas não desejadas em seus domínios.

Nas regiões de dominação portuguesa, as práticas de fuga pelos carregadores ocorriam desde o século XVIII. Houve um aumento no número de *mutolos*, os quilombos na região de Icolo, existindo aproximadamente 2 mil fugidos, o que representava um medo por parte das autoridades lusas. Roquinaldo menciona que entre 1849 e 1855, o número de quilombos aumentou consideravelmente nas imediações de Luanda. Elaine Ribeiro menciona três formas de fugas: a fuga para um lugar afastado, ou seja, para o interior (sertão), para os mutolos ou para lugares próximos das áreas onde trabalhavam.

3.2. O trabalhador africano e o discurso civilizatório dos relatos de viagem

Os costumes africanos eram vistos pelos portugueses como tradicionais, de práticas rudimentares, *“impróprios ao desenvolvimento das potencialidades produtivas da terra, resistiam por substituí-los por processos de maior racionalidade econômica utilizados nas sociedades modernas.”*⁹⁴

No relato de Serpa Pinto, podemos notar essa questão do olhar português sobre os costumes africanos, ao falar sobre os Quimbares, que segundo ele são normalmente escravos ou libertos, vindos das senzalas de Benguela ou escravos dos brancos da costa.

“Os meus Quimbares, gente meio-civilizada de Benguela, já igualam os Quimbundos em selvageria e embrutecimento. Eu às vezes penso, que isto, que se afigura possível a muita gente na Europa, de civilizar o preto em África, é simplesmente absurdo.

⁹⁴ SANTOS, Elaine R. Silva. Op. Cit., p. 59.

O elemento civilizador será por agora tão pequeno junto do elemento selvagem, que este predominará em quanto aquele não tomar proporções enormes.”⁹⁵

O intelectual português, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, acreditava que o africano não era civilizável, influenciado por uma teoria criacionista, era convicto da inferioridade africana, restando a eles apenas o trabalho dado pelo branco, só podendo ser a função do português nas colônias africanas, o de negociante ou de proprietários exploradores da mão de obra africana, através do trabalho forçado ou obrigatoriamente cruel como a escravidão. Além de que, o colonizador português seria o responsável por levar a civilização às regiões africanas.⁹⁶

Em seu diário, vemos que Serpa Pinto compartilhava uma opinião semelhante a Oliveira Martins, principalmente no que se refere ao discurso civilizatório. Ele coloca que para cada “preto” em África, teria que haver um “branco” para que o processo civilizador se concretizasse. E apenas assim, existiria equilíbrio entre o civilizado e o selvagem, até conseguir vencê-lo. Serpa Pinto também ressalta o papel e as ações dos missionários europeus na África, dizendo que na região do Matebele os missionários ingleses não conseguiam catequizar a população local, mas que os comerciantes introduziram vestimentas e outros utensílios aqueles povos, visto para o viajante, como uma civilização relativa. Serpa Pinto acreditava que o africano não teria condições de compreender as questões cristãs que eram fáceis de ser compreendidas por povos superiores como os europeus.

*“As questões abstratas são sublimes e incompreensíveis a tão inferiores organizações. Explicar teologia a um preto equivale a expor as sublimidades do cálculo diferencial a uma assembleia de campónios. Mas, se o preto não está à altura de poder jamais compreender as verdades da religião de cristo, tem sem dúvida o sentimento do bem e do mal, e está nas condições de compreender os princípios de moral comum.”*⁹⁷

⁹⁵ PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit., p. 443.

⁹⁶ PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*. p. 209. Apud, SANTOS, Elaine R. Silva. Op. cit., p. 75.

⁹⁷ PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit., p. 602.

Para Serpa Pinto, em primeiro lugar, os missionários tinham que fazer do “preto” um homem, ensinando a moral através da palavra e de exemplos, para que depois com o tempo, esse homem se tornasse cristão. Segundo ele, os países que estão entre o Cuanza e o Zambeze são aqueles com melhores condições e facilidade de receberem o processo civilizatório empreendido pela Europa.

Além dos missionários ingleses, comenta também sobre a ação de missionários franceses que empreenderam seu processo civilizatório no país de Basuto.

“Estes homens, cujo número aumentava de ano para ano, conseguiram domar um povo bárbaro de canibais, e eleva-lo a um estado de civilização e de instrução a que ainda não chegou povo algum da África Austral. Hoje as escolas cristãs do Basuto contam os discípulos por milhares, e uma grande parte da população sendo cristã, abandonou a poligamia e os costumes bárbaros dos seus antepassados.”⁹⁸

Como destaca a historiadora Leila Hernandez, o saber ocidental criou representações, ou seja, estereótipos sobre o “outro” marcados, sobretudo, pelo preconceito, principalmente sobre o continente africano, ganhando mais força depois, com a colonização da América e com o tráfico negreiro.

“Assim sendo, o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui amplo espectro de significações negativas como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo.”⁹⁹

Segundo Leila, a diversidade cultural africana e a sua heterogeneidade eram avaliadas a partir do ponto de vista cultural europeu, neste caso, os africanos eram vistos como diferentes, sendo a África caracterizada como um espaço que não tinha Estado e nem nação, logo, não tinha povo e nem passado, não tendo passado, não tinha história.

O africano era colocado como um indivíduo “selvagem”, que vivia em completo estado de barbárie, regido pelas suas vontades, não havendo lei. Por

⁹⁸ Idem, p.672-673.

⁹⁹ HERNANDEZ, Leila. Op. cit., p. 18.

isso, os europeus o considerava como um ser irracional, incapaz de ter autonomia e de pensar por si próprio.

Serpa Pinto também fala sobre o trabalho dos missionários no Transvaal, diferenciando o bom missionário do mau missionário. Menciona que o mau missionário diz que o africano é igual ao branco civilizado, ao invés de dizer o contrário.

“Regenera-te, deixa os teus hábitos de indolência, e trabalha; deixa o crime, e pratica a virtude que eu te ensinar; aprende e deixa a ignorância; e então, e só então, poderás alcançar um lugar junto ao branco; poderás ser seu igual. Esta é a verdade que lhe ensinam os missionários bons, esta é a verdade que lhe não sabem dizer os maus. Dizer ao selvagem ignaro, que ele é igual ao homem civilizado, é mentir, é cometer um crime, é faltar a todos os deveres que lhe impôs aquele que o mandou à África, é atraiçoar a sua missão sagrada.”¹⁰⁰

Para Serpa Pinto o africano não é igual ao homem civilizado. O nativo é visto como sem moral, ignorante e preguiçoso, onde esses defeitos já separam o africano do branco. Aqueles maus missionários querem implantar a desordem, sendo uma barreira para o progresso na África Austral.

Nota-se, em seu relato, que o “Motor” da civilização para Serpa Pinto, também encontra-se com a introdução dos negócios comerciais, como os ingleses fizeram em regiões do sul do continente africano, formando bairros de negociantes ingleses que iam realizar o comércio nos sertões, introduzindo a libra esterlina e fazendo com que a moeda virasse um recurso de troca, ao qual o africano foi se acostumando com o tempo.

Esse projeto mercantil empreendido pelas viagens exploratórias, característico das expedições na África do século XIX, pode ser observado em Serpa Pinto, quando ele retrata a região de Quilengues, por exemplo, demonstrando certo interesse econômico, denotando ser um grande ponto produtivo “[...] e facilmente colonizável, não o é menos como posição

¹⁰⁰ PINTO, Alexandre de Serpa. Op. cit., p. 816.

estratégica; pois que pode ser considerado uma das chaves do sertão interior, com respeito a Benguela.”¹⁰¹

Em outro momento também mostra essa intenção mercantil, quando chegou ao reino do Lui e trata com o rei Lobossi das pretensões portuguesas em abrir os caminhos para o comércio, como forma de aumentar a área de atuação comercial de Portugal. E afirmou que o Mueneputo (muene - rei, puto - Portugal) estava propenso a proteger o comércio com eles, caso o rei Lobossi se compromettesse a não permitir dentro do reino o comércio de escravos.

“[...]e que estando o Lui no centro de África, e já em comunicação com Benguela, desejava abrir o caminho do Zumbo, e assim um mercado muito mais perto, onde eles poderiam ir abastecer-se dos géneros Europeus de que precisassem.”¹⁰²

Mais adiante, Serpa Pinto relata as experiências perigosas dentro do continente africano pelas quais os viajantes passavam. Experiências estas não poderiam ser sentidas em nenhum outro lugar além da África. Como por exemplo, o momento de tensão quando Serpa Pinto avista um leão a poucos metros de distância, as caminhadas longas embaixo de um sol escaldante, as dificuldades com a falta de alimentos, normalmente obtendo-os por meio dos chefes africanos, pelas populações vizinhas ou por comerciantes. Em grande parte de sua viagem, Serpa Pinto afirma que sofreu com as febres e a falta de alimentos, dependendo certas vezes de doações dos sobas.

Segundo Elaine Ribeiro, as viagens expedicionárias na África no século XIX intencionavam promover estudos das terras e dos povos visitados pelos exploradores, para entendimento dos seus costumes e crenças, suas formas de governo, e sobretudo, a sua história.

“Resumindo: recusada as viagens de aventuras, os propósitos do militar Henrique de Carvalho ultrapassavam os princípios de exploração geográfica e comercial, eles incluíam também os preceitos da via etnográfica que estava de acordo com o novo conceito de exploração científica, defendido desde os anos oitenta na

¹⁰¹ PINTO, Alexandre de Serpa. op. cit., p. 78.

¹⁰² Idem, p. 482-483.

*Sociedade de Geografia de Lisboa e que objetivava a colonização dos territórios africanos.*¹⁰³

Serpa Pinto, ao descrever cada sociedade por qual passava, desde Benguela ao Zambeze, relatava seus costumes, suas relações sociais, a história de formação de alguns povos africanos, seus aspectos culturais e econômicos, como forma de demonstrar um conhecimento sobre essas diversas populações, possivelmente com uma intenção civilizatória e de demonstrar uma inferioridade africana em relação ao europeu.

*“O povo do Bihé é azado a grandes cometimentos. Esmague-se no seu seio a víbora da ignorância que o corrói; levantem-se esses brutos ignaros à altura de homens, dê-se-lhes uma direção, e eles caminharam na via do progresso e chegaram onde dificilmente chegará outro povo Africano. Os pretos de África são como os cavalos de fina raça, quanto mais fogosos e bravos, mais prontamente se tornam doces e obedientes. Aqueles em que predomina a inercia e a cobardia, dificilmente se puderam civilizar; aos outros não será difícil tarefa traze-los ao caminho do bem.*¹⁰⁴

No início do seu diário, Serpa Pinto também fala sobre a Sociedade de Geografia de Lisboa, dizendo que em 1876, depois da sua fundação, notou que as questões africanas tinham ganhado maiores proporções e comentava-se sobre uma futura expedição visando a África Austral.

Elaine Ribeiro ressalta como os relatos de viagem de Serpa Pinto, Capelo e Ivens, exaltaram o antigo desejo português de atravessar por terra a África do Atlântico ao Índico, nos anos de 1870 e 1880. A autora também comenta sobre o que normalmente era desenvolvido pelas expedições do século XIX, através do uso de instrumentos técnicos pelos exploradores, “[...] deviam produzir esboços dos caminhos percorridos e medição de terrenos para a posterior elaboração de mapas e estudos de implantação de estradas e ferrovias; observações meteorológicas e fluviais, e ainda registros sobre rotas comerciais, aptidões do solo, além dos hábitos das diferentes populações contatadas e, na medida do possível, produzir algum material fotográfico e ilustrativo.”¹⁰⁵

¹⁰³ RIBEIRO, Elaine R. Silva. op. cit., p. 82.

¹⁰⁴ PINTO, Alexandre de Serpa. op. cit., p. 200.

¹⁰⁵ RIBEIRO, Elaine. op. cit., p. 111.

Uma boa parte do relato de Serpa Pinto é voltado para descrições geográficas e fluviais, meteorológicas e astronômicas. Há alguns desenhos de mapas, do curso de rios, e principalmente desenhos representando alguns povos africanos e os instrumentos, como armamentos e objetos domésticos usados por eles, feitos por Serpa Pinto.

Serpa Pinto utiliza no seu relato termos característicos de um discurso de supremacia europeia daquele momento, como: preguiça, ignorância, falta de inteligência, entre outros. Ao se referir aos africanos, na intenção de demonstrar a inferioridade destes, Serpa Pinto usa o termo “ignaro”, no sentido de ignorantes, canibais e selvagens. Era a apropriação dos discursos científicos usados pelos viajantes como Serpa Pinto e Henrique de Carvalho como forma de justificar o colonialismo no continente africano.

“[...] o explorador de África, perdido no meio de povos ignaros, cujos códigos diferem essencialmente dos nossos; tendo por única testemunha dos seus actos a Deus, por único censor das suas obras a sua consciência, precisa ter uma força sublime para se conservar honrado e digno, quando muitas vezes as paixões travam no seu íntimo uma luta infrene.”¹⁰⁶

Serpa Pinto demonstra esse discurso colonialista forte em outro momento ao falar sobre um africano do Bihé, José Antônio Alves, onde é chamado de “branco” dentro da sua região, por usar vestimentas e objetos característicos do modo europeu.

“[...] porque ali todo o preto que usa calças e sapatos de liga e guarda-sol, é tratado assim. Em Benguela levam a condescendência a chamarem-no mulato, um pouco escuro; mas a verdade é, que nas suas veias não há uma gota de sangue Europeu, e que ele é preto não só na cor como na ascendência, e quiçá na alma. [...] Vive como preto, tendo todos os costumes e crendices do gentio ignaro.”¹⁰⁷

Dessa forma, o século XIX foi o marco para entender as formas de se tratar o trabalhador africano e o seu trabalho, os constantes debates de caráter abolicionista que trouxeram discussões importantes relacionadas à liberdade em

¹⁰⁶ PINTO, Alexandre de Serpa. op. cit., p. 138-139.

¹⁰⁷ Idem, p. 239.

oposição ao tema da escravidão dos africanos. Assim, foi preciso entender como ficou o trabalho africano logo após as leis abolicionistas decretadas por Portugal para pensar como eram as relações entre os colonizadores portugueses e as sociedades africanas.¹⁰⁸

¹⁰⁸ RIBEIRO, Elaine. *op. cit.*, p. 199.

Considerações Finais

Pode-se concluir com esta pesquisa que o continente africano sofreu intensas transformações, principalmente em seu interior devido as ações imperialistas europeias, resultando no processo de “roedura” e, conseqüentemente, a partilha e a conquista do continente devido a um intenso expansionismo dos Estados capitalistas europeus. Essa divisão da África não respeitou as relações sociais, políticas e culturais já existentes entre as sociedades africanas. Porém, é possível perceber que não só as nações europeias, mas os próprios africanos foram protagonistas nesse momento da história, fazendo parte das lutas de resistência contra as interferências externas em seu continente.

Essas relações entre africanos e europeus foram caracterizadas pela forte opressão e violência por parte daqueles que se consideravam civilizados e que achavam que tinham autoridade sobre os africanos, sendo estes vistos como “selvagens” e “incivilizados” por aqueles, a partir de diversas teorias ideológicas e científicas que embasaram as justificativas de dominação e exploração dos países europeus.

Foi visto como as práticas escravistas no interior da África já eram comuns antes mesmo do colonialismo europeu propriamente dito, através da escravidão por linhagem ou parentesco, e posteriormente no século XIX, houve uma escravidão em larga escala, destinada às *plantations* e também ao comércio atlântico. Diferentemente da escravidão nas Américas, no continente africano a escravidão era vista como “benigna”, pelo fato do escravo poder se casar com pessoas livres ou também por ter direito ao acesso a terra. Normalmente tornavam-se escravos, aqueles que tinham cometido algum crime ou como forma de pagamento de dívidas.

Diversas leis de caráter abolicionista ou referentes ao recrutamento forçado de trabalhadores africanos foram promulgadas em Angola pelo governo português durante o século XIX, principalmente depois da lei que colocou fim ao

tráfico atlântico, por ter acarretado um maior número de escravos no interior da África e também de casos de trabalhadores livres trabalhando em condições análogas à escravidão.

A partir dos relatos de viajantes e exploradores europeus que foram à África no século XIX, como por exemplo, o do português Alexandre de Serpa Pinto, notamos que mesmo após essas leis, a escravidão e o trabalho de carregadores eram ainda praticados normalmente, mas demonstram também a resistência por parte desses, através de fugas durante a expedição ou até mesmo na dificuldade em encontrá-los para que transportassem as bagagens. No discurso deste viajante percebemos como estava carregado de elementos culturais europeus, principalmente ao se referir ao africano, demonstrando sua “inferioridade” em relação ao europeu. Esse discurso também era marcado por interesses econômicos em áreas africanas que fossem importantes para Portugal, onde assim tratados entre chefes africanos e administradores coloniais eram afirmados, como uma forma do governo português afirmar suas áreas de influência e desses chefes conseguirem proteção diante dos seus inimigos, notando assim, as relações de negociação que eram empreendidas entre viajantes e chefes africanos.

Entendemos assim, que o século XIX marca um contexto de intensa movimentação, de fortes interferências e mudanças no continente africano no que se refere ao trabalho africano após as leis promulgadas e a importância dos trabalhadores não só para os comerciantes e viajantes europeus, como para os chefes africanos responsáveis pelo seu fornecimento. É também importante por demonstrar claramente os empreendimentos europeus na África e as consequências deles para toda uma população.

Referências bibliográficas

Fonte:

PINTO, Alexandre de Serpa. *Como atravessei a África do Atlântico ao Índico. Viagem de Benguela à Contra-Costa, através de regiões desconhecidas*. Londres: Feet Street, 1881. Acessado em: <http://www.luso-livros.net/Livro/diario-de-africa/>

Bibliografia:

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIKIA, M'Bokolo. *África Negra. História e Civilizações: Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Edições Colibri, 2007.

CURTO, José. *Resistência à escravidão na África: O caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876*. Afro-ásia. 2005.

FERREIRA, Roquinaldo. *Escravidão e Revolta de escravos em Angola (1830-1860)*. Revista Afro-Ásia. Salvador: Edufba, 1998-1999.

HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. *A África na sala de aula. Uma visita à história contemporânea*. Selo Negro, São Paulo, 2008.

HOBBSAWM, Eric, J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PARADA, Maurício. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio : Pallas, 2013.

SANTOS, Elaine R. Silva. *“Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Luanda (1884-1888)”*. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, USP.

UZOIGWE, Godfrey N. *BOAHEN*. Brasília: UNESCO, 2010.